

ANAIIS



EICI

III ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA INTEGRADA

SABER

ACADÊMICO

Abril
2018

REVISTA SABER ACADÊMICO

**ANAIS DO III EICI
ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FAPEPE**

**Julio César Gonçalves
Marta A. Broietti Henrique**
(Organizadores)

REVISTA ELETRÔNICA MULTIDISCIPLINAR

2018

Revista Eletrônica Multidisciplinar da Faculdade de Presidente Prudente
ANAIIS DO III EICI - Encontro de Iniciação Científica

ORGANIZAÇÃO

Julio Cesar Gonçalves

Marta A. Broietti Henrique

PROJETO EDITORIAL E CAPA

Lilian Moreira Gualda

REVISÃO E PREPARAÇÃO

Marta A. Broietti Henrique

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aline Cristiane dos Santos Pereira

Ana Laura Ricci Vitor

Ana Paula Giroto Alves

Arlene Munuera Pereira

Bruno Wesley Rodrigues

Estefano de Lira Fernandes

Fabília de Freitas Faria Migliari

Felipe Perucci de Oliveira

Fernanda Bárcao Silva Batalhoti

Jair da Silveira Alves Junior

João Paulo Morselli

José Ricardo Silva

Julio César Gonçalves

Julio Marcos Pretti Bueno

Larissa Aparecida Trindade

Lenieser R de Lima

Lilian de Carlos Caldeira de Oliveira

Lilian Regina de Campos Andrade

Lucineide Manzolli de Albuquerque

Mara Cristina Pelegrino Pereira

Márcia Cristina de Lima Aguilar Bolzani

Marcio Donizetti Correa

Maria Aparecida Bosschaerts de Camargo

Mariza Cardozo

Marta Aparecida Broietti Henrique

Nivaldo Correia

Nivaldo Fernandes Gualda Junior

Paulo Roberto Lucindo Beraldinelli

Rafaella Raposo Palmieri

Renan Dantas Vichete

Renata Kellen Chagas de Conti

Rodrigo Alex Martins

Valério Zago Marassi

Vanessa Malacrida de Moraes

Revista Saber Acadêmico / Faculdade de Presidente Prudente – **ANAIIS DO III EICI - Encontro de Iniciação Científica**, 2018 – Presidente Prudente: FAPEPE, 2006.

Semestral

ISSN 1980-5950

1. Pesquisa científica: Periódicos. I. Faculdade de Presidente Prudente.

SABER ACADÊMICO

Revista Multidisciplinar da Faculdade de Presidente Prudente

ISSN 1980-5950

Diretor Presidente	Fernando Pinto da Costa
Vice-Presidente	Claudia Aparecida Pereira
Idealizadores da Revista	Claudia Aparecida Pereira Edvaldo Correa Sotana
Diretora	Prof. Maria Helena de Carvalho e Silva Bueno
Editor da Revista	Larissa Aparecida Trindade
Conselho Editorial	Profª. Drª. Ana Laura Ricci (FAPEPE) Profª. Drª. Berta Lúcia Tagliari Feba (FAPEPE) Profª. Drª. Caroline Silva Danna (Universidad de Chile) Profª. Drª. Ieda Maria Munhos Benedetti (FAPEPE) Prof. Dr. Joao Adalberto Campato Júnior (Universidade Brasil) Prof. Dr. João Paulo Morselli (FAPEPE) Prof. Dr. José Ricardo da Silva (FAPEPE) Profª. Drª. Maria Aparecida Bosschaerts de Camargo (FAPEPE) Prof. Dr. Nivaldo Correia da Silva (FAPEPE) Prof. Dr. Ricardo Roberto Behr (UFES) Prof. Dr. Rodirlei Silva Assis (FAPEPE/ IEDA) Prof. Dr. Rui Menezes (Lisbon University Institute) Prof. Dr. Sérgio Domingos de Oliveira (UNESP) Profª. Drª. Simone Conceição Pereira Deak (FAPEPE)
Conselho Consultivo	Prof. Me. Felipe Perucci de Oliveira (FAPEPE) Prof. Me. Gilnete Leite dos Santos (FAPEPE) Prof. Me. Julio Cesar Gonçalves (FAPEPE) Prof. Me. Marta Ap. Broietti Henrique (FAPEPE) Prof. Me. Fabrícia Migliari (FAPEPE) Prof. Me. Larissa Aparecida Trindade (FAPEPE) Prof. Me. Nivaldo Fernandes Gualda Junior (FAPEPE) Prof. Me. Tiago Souza Monteiro de Andrade (FAPEPE) Prof. Me. Walmir Geralde (FAPEPE)
Equipe de realização	Prof. Larissa Aparecida Trindade dos Santos Prof. Lilian Moreira Gualda

Faculdade de Presidente Prudente Av. Presidente Prudente, 6093

Presidente Prudente – SP/ Tel.: (18) 3918 – 4700

Home Page: <http://faculdadefapepe.edu.br/revista>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RESUMOS EXPANDIDOS

1. “E SE EU QUISER MORRER?” – EUTANÁSIA E QUESTÕES ÉTICAS.....	12
2. A BUSCA DE SENTIDO DIANTE DO SOFRIMENTO NO LUTO.....	16
3. AS DIFERENTES FORMAS DE ENCARAR A MORTE.....	19
4. RELATO DE EXPERIÊNCIA: CUIDADOS DE ENFERMAGEM FRENTE ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE DURANTE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	22
5. RELATO DE EXPERIÊNCIA: HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO NA SALA DE ESPERA DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE.....	26
6. CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO NA ATENÇÃO BÁSICA.....	30
7. DESBARATANDO MITOS SOBRE TRABALHAR EM SISTEMA DE METAS E FLEXIBILIDADE DE RENDA.....	34
8. COMÉRCIO ELETRÔNICO: O USO DA PLATAFORMA “MERCADO LIVRE” COMO MÉTODO DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	38
9. A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS PEQUENAS EMPRESAS.....	42
10. O FORMALISMO E A MORAL KANTIANA.....	46
11. ESTADO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	50
12. A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL.....	53
13. IDOSOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ASSISTIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) – DO MUNICÍPIO DE MARTINOPLIS-SP.....	56
14. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO PERFIL DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP.. ..	60
15. O PERFIL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM ATENDIMENTO ATIVO NO CREAS/MULHER DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE NO ANO DE 2017.....	63
16. ADOÇÃO TARDIA.....	67

17. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL COM AUTISTAS.....	71
18. GESTALT EM DIAS ATUAIS.....	75

RESENHAS CRÍTICAS

1. RESENHA DO LIVRO: OS CONTEÚDOS ESCOLARES E A RESSURREIÇÃO DOS MORTOS....	80
2. RESENHA DO LIVRO ESTRATÉGIAS DE LEITURA: REFLEXÕES SOBRE O ATO DE LER NO ENSINO SUPERIOR.....	84
3. RESENHA DO LIVRO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VALORES NA ESCOLA: BUSCANDO ESPAÇO, INVESTIMENTO EM NOVOS TEMPOS.....	88
4. RESENHA DO LIVRO ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA AULAS CRIATIVAS.....	92
5. RESENHA CRÍTICA DO LIVRO AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL.....	96
6. RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: A ATIVIDADE DO JOGO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA.....	99
7. RESENHA: FORMANDO UM LEITOR.....	103
8. RESENHA DO LIVRO SISTEMA DE LIDERANÇA ESCOLARES DA INGLATERRA: POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O BRASIL.....	107
9. RESENHA DO LIVRO PERFIL DE PROFESSOR.....	111
10. RESENHA DO LIVRO MEDIAÇÃO CULTURAL EM MUSEUS E EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA: CONVERSAS SOBRE IMAGENS/HISTÓRIA E SUAS INTERPRETAÇÕES.....	115

CRÔNICAS ARGUMENTATIVAS

1. O AVANÇO DA TECNOLOGIA ESTÁ AJUDANDO OS ESTUDANTES A LER E ESCREVER?...	119
2. O QUE PRECISA SER REFORMADO?.....	121
3. VOTAR OU NÃO VOTAR, EIS A QUESTÃO!.....	123
4. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA ANDAM JUNTAS?.....	125
5. CONTRA FATOS NÃO HÁ ARGUMENTOS.....	127

APRESENTAÇÃO

O século XXI é marcado pela rapidez no acesso a informações decorrentes principalmente da evolução tecnológica. Neste cenário, o ser humano se vê diante da necessidade de lidar com diferentes dimensões do conhecimento. Esse conhecimento não é mais encarado apenas como um “componente cultural” ou um “acessório”, mas como a capacidade de incorporar o “saber” às situações do cotidiano por meio de reflexões e ações práticas da vida.

As demandas sociais exigem cada vez pessoas capazes para desenvolver trabalhos não apenas técnicos, mas inovadores e criativos. As transformações sociais impulsionadas principalmente pelas novas tecnologias impõem um desafio às instituições de ensino.

Assim, os acadêmicos de cursos superiores precisam ser preparados não só para o trabalho visando à aplicação de conhecimento técnico-científico, mas, sobretudo, à formação humana.

Ao encontro dessas necessidades, as instituições escolares devem promover espaços para a discussão científica somada às ações sociais que integrem ciência e sociedade. Os ambientes acadêmicos deixam de ser um lugar voltado para uma minoria para tornarem-se locais para abertos à diversidade, às interações que buscam o debate, ou seja, eles ocupam o palco central para discussões relevantes sobre problemas da sociedade contemporânea.

Sob este ponto de vista, as pesquisas realizadas necessitam também ser compartilhadas para que o conhecimento não seja dominado somente por grupo socialmente privilegiado. Uma sociedade consciente de direitos e deveres passa inevitavelmente pela construção do saber. Por isso, as instituições de ensino superior são portadoras de grande responsabilidade não só por produzir conhecimento, mas disseminá-lo.

Neste sentido, momentos para a propagação do saber

produzido nessas instituições tornam-se fundamentais para integrar alunos e comunidade, com vistas à popularização do conhecimento. Cabe, portanto, às instâncias destinadas à formação de nível superior integrar e aproximar alunos da realidade que encontrarão em situações do porvir. Dessa forma, o papel social dos sujeitos envolvidos neste processo (gestores, professores, alunos, colaboradores) é o de buscar o conhecimento por meio de reflexão crítica e de estudo ético.

Parece urgente construir bases para a construção sólida de conhecimento baseada em uma investigação consistente, ou seja, em pesquisas. A aquisição “sabedoria” é resultado da mediação entre a “sociedade de informação e os alunos” a fim de promover o “exercício da reflexão”, requisito fundamental para a constituição do ser humano (PIMENTA; ANASTASIOU, 2014, p.102).

A partir dessa perspectiva, surgiu o ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA INTEGRADO (EICI), criado por uma equipe multidisciplinar da Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE). Na terceira edição, realizado no ano de 2017, o evento contou com a participação dos cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Letras, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. A atividade teve como objetivos:

- integrar o ensino e a pesquisa entre as áreas da ciência;
- proporcionar um espaço de debate, reflexão e aprofundamento sobre temas e problemas que envolvam as várias áreas do conhecimento;
- aproximar o aluno da pesquisa científica, estimulando a prática da pesquisa em sua formação profissional.

O evento consiste em um momento para apresentar trabalhos realizados pelos alunos de graduação juntamente com seus professores-orientadores em atividades de ensino, de extensão, envolvendo a comunidade, e de Iniciação Científica. Trata-se de um espaço aberto à comunidade interna e externa, voltado para promoção de discussões sobre questões já estudadas pelos alunos e professores e que devem ser compartilhadas.

No III EICI, ocorreram várias atividades acadêmicas, a saber: palestras, oficinas para a produção de gêneros acadêmicos,

sessão de comunicação oral e exposição de pôster. Contou com a participação de discentes, docentes e gestores tanto na preparação quanto na aplicação das atividades. É preciso ressaltar que o evento promove a divulgação de trabalhos que estavam sendo realizados na instituição. A ideia é justamente oportunizar um espaço para que alunos mostrem as atividades de ensino, extensão e pesquisa realizadas ou em andamento.

Como resultado das atividades mostradas no evento, esta publicação especialmente apresenta três grupos de trabalhos, desenvolvidos por discentes e orientados por docentes, de Enfermagem, Serviço Social, Administração, Direito e Pedagogia, diferenciados por gêneros: resumos expandidos, resenhas críticas e crônicas argumentativas.

O primeiro grupo é composto por 17 resumos expandidos de alunos de Enfermagem, Serviço Social, Administração e Direito. Os trabalhos apresentados aqui são frutos de atividades de ensino, extensão e iniciação científica. O resumo expandido é um gênero altamente solicitado na esfera acadêmica porque comporta a essência de uma pesquisa. Sua função é a “sumarizar, indicar e prever” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p.152) as informações do trabalho do próprio autor. Além disso, o resumo de trabalho acadêmico (*abstract*) tem como objetivo persuadir o leitor a participar da apresentação oral.

O segundo grupo comporta 10 resenhas críticas desenvolvidas por discentes do curso de Pedagogia. Trata-se de um gênero bastante usado no domínio acadêmico porque, de acordo com vários manuais de textos científicos, podem contribuir para: divulgação e avaliação da contribuição de uma obra; melhora na compreensão da leitura de obra; o desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos; e a preparação dos alunos para a escrita de trabalhos mais amplos, como monografias e trabalhos de conclusão de curso. Tendo isso em mente, foi desenvolvido um projeto de ensino visando à produção e publicação das resenhas críticas.

Por último, o terceiro grupo é constituído por um conjunto de cinco crônicas argumentativas. Estas também são resultado de um projeto de ensino cujo objetivo central foi desenvolver a

capacidade de argumentar dos discentes da Pedagogia. O gênero crônica argumentativa é muito conhecido por permitir que o produtor estabeleça a relação entre o cotidiano e seu comentário crítico diante dos fatos. Uma propriedade deste gênero é a aproximação do cronista com o leitor e a implicação deste no texto, permitindo o uso de experiências pessoais em sua constituição. Ao se trabalhar com a crônica argumentativa, é possível perceber o favorecimento na ampliação do raciocínio argumentativo, tão caro aos alunos do curso superior.

Esta breve descrição serve como convite a todos para a leitura e reflexão dos trabalhos realizados por alunos de graduação. Constitui este no primeiro passo para a interação e para o debate de ideias que se almeja promover.

Os organizadores

REFERÊNCIAS

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G.R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. **Docência no ensino superior**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RESUMOS EXPANDIDOS



“E SE EU QUISER MORRER?” – EUTANÁSIA E QUESTÕES ÉTICAS

GUIMARÃES, Anderson Cavanha¹

SILVA, Camila Marla Candido da²

VICENTIN, Fernanda³

GONÇALVES, Julio César⁴

Palavras-chave: Eutanásia. Ética e Legislação. Cuidados Paliativos.

Este resumo discute acerca da eutanásia do ponto de vista ético, moral e legal. Serão abordados os cuidados paliativos do profissional de enfermagem perante o paciente no fim da vida, bem como questões éticas, morais e legais que envolvem o tema.

A obra *História vitae et mortis*, de Francis Bacon (*apud* LIMA NETO, 2003), deu origem ao termo eutanásia, podendo ser entendido como “tratamento para doenças incuráveis”. Semanticamente, a palavra eutanásia traz duas acepções: *Eu* (que significa “boa” ou “bem”) e *Thanatos ou Thanasia* (que significa morte).

O termo eutanásia é muito amplo e pode ter diferentes interpretações no instante em que designa toda a ação que vise deliberadamente provocar a morte de uma pessoa doente, revestindo-se tal definição de neutralidade, sendo ajustável a diferentes perspectivas, como a proposta no século XIX, pelos teólogos Larrag e Claret, em seu livro “*Pontuários de Teologia Moral*”, publicado em 1866. Eles utilizavam eutanásia para caracterizar a “morte em estado de graça”. Dentre inúmeras designações, destacamos: “a morte sem sofrimento e indolor” ou, ainda, “... morte fácil e sem dor”, “morte boa e honrosa”, “morte tranquila”, “alívio da dor”,

1 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (anderson.cavanha@hotmail.com)

2 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (kamilamarla_94@hotmail.com)

3 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (fernanda-vicentin@hotmail.com)

4 Docente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (juliofilosofia@gmail.com)

“golpe de graça”, “morte apropriada”, “homicídio por piedade”, “morte direta e indolor”, “morte suave”, “morte harmoniosa”, “morte sem angústia, feliz”, revelando idéia de morte, piedosa, altruísta, caridosa. (LIMA NETO, 2003 p. 5)

Segundo o pensamento da Igreja Católica, no ano de 1956, posicionou-se contra a prática da eutanásia, pois esta vai em direção antagônica às *leis de Deus*. Já no ano seguinte, o papa Pio XII, em uma alocução aos médicos, disse ser a favor da prática, desde que seja promovida por efeitos secundários ao uso de drogas, abreviando assim o sofrimento do doente (LIMA NETO, 2003).

Segundo o Catecismo Católico, a eutanásia é considerada, em toda a sua extensão, algo inconcebível. De acordo com este pensamento, a pessoa que a pratica, ainda que seja em ato misericordioso, tem por intenção a retirada da vida. Desta maneira, a ação se caracteriza como pecado irremissível (PESSINI; BERTACHINI, 2013).

O que diz o quinto mandamento, por si só, expressa a posição do catecismo em relação à eutanásia. “Não matarás” (Ex 20, 13), relata de forma fidedigna esta informação. Além disso, em Mateus, capítulo 5, versículo 21 e 22 afirma: “Não matarás. Aquele que matar terá de responder em juízo” (BÍBLIA, 2008).

No Brasil, a prática da eutanásia não é permitida e é, portanto, considerada como crime na legislação vigente. O enquadramento é o de homicídio, mesmo que tenha sido a pedido do paciente (Artigo 66/1988 do Código Penal Brasileiro). Entretanto, de acordo com o 4º parágrafo do artigo 121 do Código Penal Brasileiro, deixar de manter a vida de alguém por meio artificial em casos em que a morte é atestada como iminente por dois médicos e havendo o consentimento do paciente ou de seus familiares ascendentes e descendentes não é considerado crime.

Este artigo tem como objetivo discutir acerca das polêmicas que envolvem a questão do morrer com “qualidade” (sem dor, com autonomia). Como metodologia, a pesquisa se caracteriza como Pesquisa de Revisão Bibliográfica. Foi levantado 50 artigos com recorte temporal de 1998 até a atualidade, dos quais foram

utilizados 10.

A partir da análise dos artigos selecionados, nota-se, em primeiro momento, a necessidade extrema de atualização das leis no que diz respeito à eutanásia. No entanto, diante deste fato, cabe ao profissional de enfermagem a assistência quanto aos cuidados paliativos. Cuidados estes que são de suma importância no processo de morte, sobretudo, o morrer com qualidade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entende-se por cuidado paliativo a abordagem que promove qualidade de vida de pacientes e seus familiares diante de doenças que ameaçam a continuidade da vida através de prevenção e alívio do sofrimento. Requer a identificação precoce, avaliação e tratamento impecável da dor e de outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual.

No Brasil, esta prática é tida como ilegal perante a legislação, e, neste sentido, não há o que contestar, a não ser a dignidade do ser humano em morrer com qualidade. Desta maneira, os cuidados paliativos no processo do morrer com qualidade servem como forma de proporcionar qualidade para o paciente em seu processo de morrer.

Deve ser observada a formação de equipe, extra-hospitalar, especializada para prestar apoio aos familiares através de equipe multiprofissional. Esta equipe deve trabalhar em conjunto e de forma dinâmica. Desta forma, serão atendidas as necessidades dos usuários, bem como a qualidade no processo de qualidade.

Finalizando, os cuidados paliativos do profissional de enfermagem, se fazem insubstituíveis e indispensáveis perante, não somente ao paciente, que tão e exclusivamente, dependem deles, bem como para a família, que, através de tais cuidados, têm seus direitos assegurados.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário Filosófico** – Direito à vida. Dignidade

da pessoa humana e eutanásia. Cap. IV, p. 82, edição revista e ampliada, 2007.

BATISTA, Rodrigo Siqueira; SCHRAMM, Fermin Roland. Eutanásia: pelas veredas da morte e da autonomia. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v. 9, n 1. Rio de Janeiro, 2004.

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia** Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 138 e 139.

BRASIL. **Anteprojeto do Código Penal Brasileiro**. Brasília: Senado, 1998. p. 31.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA NETO, Luiz Inácio de. A legalização da eutanásia no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 8, n. 81, 22 set.2003. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/4217>>. Acesso em: 4 abr 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Conferência Internacional sobre Cuidados Paliativos de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

PESSINI, Leo, BERTACHINI Luciana, (orgs). **Humanização e cuidados paliativos**. 6. ed. São Paulo: Loyola; 2013.

A BUSCA DE SENTIDO DIANTE DO SOFRIMENTO NO LUTO

BOZZA, Caroline¹

GONÇALVES, Julio César²

MORAIS, Vanessa Malacrida³

Palavras-chave: Luto. Sofrimento. Morte.

Este trabalho consiste em uma proposta de Iniciação Científica junto ao curso de Enfermagem, sob orientação do Prof. Me. Julio César Gonçalves e da Prof^a Vanessa Malacrida de Moraes, dentro da Linha de Pesquisa denominada “*A morte e o morrer institucionalizado*”, com início no mês de setembro do corrente ano. Portanto, trata-se de uma pesquisa em sua etapa inicial.

A morte é, sem dúvida alguma, o tabu do nosso século. As pessoas têm receio ou asco de falar da morte (uma visão da morte como algo ruim, da qual não se quer por perto). “Temos a impressão de que o homem sempre abominou a morte e, provavelmente, sempre a repelirá”, (KÜBLER-ROSS, 1996, p.14). Entretanto, ela faz parte do ciclo vital da existência humana, inclusive no que diz respeito à angústia que é gerada pela iminência da finitude.

Nossa pesquisa se justifica pela necessidade de aprender a lidar (qualitativamente) com a perda do ente querido durante o processo de luto, bem como com as situações que se apresentam no momento do sofrimento (como a sensação de que nada tem mais sentido). Faz -se importante ao familiar que fica aprender a lidar com as responsabilidades e demandas da nova realidade e também nova composição familiar. Lidar com outros sentimentos (como a saudade, as lembranças e a sensação de vazio existencial) que ficam no post mortem.

1 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (carolbozza8@gmail.com.br)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (juliofilosofia@gmail.com)

3 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (vani.malacrida@gmail.com)

Kübler-Ross (1996) ressalta que diante da morte os familiares tendem a passar por cinco etapas ou estágios, antes de fechar o ciclo do luto. Etapas estas que compreendem a negação e isolamento, a raiva, a negociação, a depressão e, por fim, a aceitação. Nosso estudo visa a entender esse processo de vivência do luto e, sobretudo, a ressignificação do sofrimento a que foi acometido o familiar com a perda do ente querido.

Nossa intenção é desenvolver uma análise bibliográfica das obras de Elisabeth Kübler-Ross, *“A morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos próprios pacientes”* (1996), e do psiquiatra criador da Logoterapia, Viktor Frankl *“Em busca do sentido: um psicólogo no campo de concentração”* (2017), e compor uma perspectiva de superação do sofrimento do luto, para os familiares do ente falecido.

Nas leituras já realizadas, foi possível encontrar informações a respeito do temor da morte no passar do tempo histórico, bem como das diferentes atitudes diante da morte iminente e do morrer. Também já foi possível a leitura a respeito das cinco etapas observadas por Kübler-Ross (1996), no processo de aceitação da morte (tanto no âmbito do doente, quanto no âmbito dos entes familiares ao seu redor).

Algum conhecimento prévio, porém, informal, a respeito do pensamento do médico e psiquiatra austríaco Viktor Frankl, já se descortina, muito embora ainda não foi realizada nenhuma leitura em fonte principal. O que sabemos é que se trata de um judeu que enfrenta as dificuldades do campo de concentração em Auschwitz, na Alemanha do período entre guerras, liderado pelo nazismo e a partir daí, percebe que aqueles companheiros do campo de concentração que conseguem resistir aos maus-tratos e à pressão que todo o sofrimento da situação traz, o faz porque tem um sentido exterior no qual se agarra com esperanças.

Pesamos que essas duas leituras como base possam servir de referencial para a análise acima mencionada e, a partir de então construir reflexão acerca do que é possível fazer para fechar o ciclo do sofrimento diante do luto representado pelos familiares do ente.

REFERÊNCIAS

FRANKL, Viktor E. **Em busca do sentido**: um psicólogo no campo de concentração. 41. d. - São Leopoldo; Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

AS DIFERENTES FORMAS DE ENCARAR A MORTE

SILVA, Helyne Karla da¹
GONÇALVES, Julio César²
MORAIS, Vanessa Malacrida de³

Palavras-chave: Morte. Medo. Cultura.

Discutir sobre a morte não é fácil. Muitos correm ou desvia do assunto, como se falar dela a atraísse para si. Se deparar com a finitude causa angústia, sofrimento e até dor, seja pela percepção de que poderia ter vivido uma vida diferente, arrependendo-se das coisas que não fez, seja por medo moral (religiosos) do julgamento final (inferno ou paraíso), seja pela causa da morte em si, se será esquecido abandonado, se terá conforto na hora que ela chegar, como reagirão seus familiares e tantas outras questões que pululam a mente humana diante da única certeza que se tem na vida: a morte.

Porém, pode-se afirmar que o homem, desde a Antiguidade, sofre com ansiedade e medo da morte. Fato esse que o fez buscar entendimento em diversas crenças e culturas. “O homem sempre mediu forças com a morte, viu-a como inimiga que arrebanha, num poder de sedução maior, denominada vida”. (KOVACS, 2008, p.8). Sendo ela, uma “inimiga” tão antiga quanto à própria humanidade, não foi sempre da mesma maneira, tratada pelo ser humano. Com o passar dos tempos, pode-se perceber as mudanças ocorridas no sentido pessoal e familiar com que o homem lidou com a morte.

Em tempos antigos, quando o moribundo já dava sinais de morte iminente, ele próprio preparava todos à sua volta, princi-

1 Discente de Direito da Faculdade de Presidente Prudente (helynekarlasilva@gmail.com)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (juliofilosofia@gmail.com)

3 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (vani.malacrida@gmail.com)

palmente os familiares. Chamava os filhos e os abençoavam, dava-lhes missões, tarefas e falava-lhes sobre seus últimos desejos antes de sua partida. Também reunia os amigos e deles se despedia. Viviam no leito de morte momentos de perdão, de revelações sobre histórias do passado e relatava seu testamento.

Portanto, a morte, sob o ângulo humano, não é apenas a destruição do estado físico e biológico. Ela é também a de um ser em relação, de um ser que interage. O vazio da morte é sentido primeiro como um vazio interacional. Não atinge somente os próximos, mas a globalidade social em seu princípio mesmo, a imagem da sociedade impressa sobre uma corporeidade cuja ação – dançar, andar, rir, chorar, falar...- não faz mais expressa. (RODRIGUES, 2006, p.20).

Quando constatada a morte eram realizados rituais simples sem muito drama e sem grandes emoções. O corpo era velado em templos sagrados ou na própria casa da família e sepultados distante da comunidade, pois, as pessoas tinham medo do morto voltar que não tivessem paz após a morte.

A sociedade ocidental contemporânea em geral tem tido uma relação de afastamento com a morte, tornando a discussão e o ato de encará-la de frente, como um grande tabu de nossa época. Tabu este que precisa ser conhecido, estudado, debatido e, sobretudo, enfrentado. Desse modo, o objetivo deste trabalho de pesquisa é entender a relação que o ser humano estabelece com a morte nos diferentes períodos da história da própria humanidade, ressaltando as diferentes nuances no que tange aos rituais religiosos, a postura diante da morte iminente e o comportamento social.

Como metodologia, este trabalho é uma Proposta de Iniciação Científica e visa à investigação do tipo bibliográfica, com coleta de dados em fontes consideradas legítimas para a pesquisa. Pretende-se fazer uma análise comparativa da relação do homem com a morte nos diferentes períodos históricos a partir das cate-

gorias: expressão religiosa (fé e rituais), ações e reações do sujeito diante da morte iminente e ações e reações da comunidade onde se vincula tal sujeito.

Pelo fato da presente pesquisa estar em seu estágio inicial, ainda há pouco referencial levantado e estudado. Apesar disso, já se pode destacar dois importantes estudos sobre este tema: *Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes* (1998) de Elizabeth Kubler-Ross, *O homem diante da morte* (2014) e *História da Morte no Ocidente* (2012) – ambos do historiador Philippe Ariès.

O homem em toda sua existência histórica tem receio de lidar e discutir acerca da morte, o que não descaracteriza a necessidade de estudar os diversos modos com que a humanidade vem enfrentando tal aspecto de sua existência, donde se pode perceber o quão frágil ela se torna diante da morte, assunto esse que contém uma vasta área de exploração, que nos desperta um sentido de busca cada vez maior sobre o mistério da morte.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P.. **História da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

_____. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

KOVACS, M. J.. **Morte e desenvolvimento humano**. 5.ed. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008.

KUBLER- ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. 8.ed. Martins Fontes. São Paulo, 1998.

RODRIGUES, J. C., **Tabu da morte: antropologia e saúde**. Rio de Ja-

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CUIDADOS DE ENFERMAGEM FRENTE ÀS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE DURANTE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DIAS, Pamella Costa¹
QUEIROZ, Bianca Andressa Barbosa²
MIGLIARI, Fabricia de Freitas Faria³
NOGUEIRA, Lucimeire Silva⁴

Palavras-chave: Cuidados de Enfermagem. Saúde Pública. Atenção Primária à Saúde.

A Atenção Básica (AB) tem como objetivo desenvolver atenção integral por meio de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção de saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde (BRASIL, 2012). A saúde coletiva identifica os perfis sanitários, condizentes com a cultura e a necessidade de cada região assim como a reorientação dos cuidados que são prestados aos usuários, levando em consideração a importância do empoderamento dos atores sociais envolvidos. (PAIM; ALMEIDA FILHO *apud* OSMO; SCHRAIBER, 2014).

As políticas de saúde direcionadas para os diversos ciclos da vida foram criadas com a finalidade de promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionada aos seus determinantes e condicionantes (BRASIL, 2012).

Os profissionais possuem atribuições específicas e dentre as do enfermeiro na atenção básica, destacam-se: realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias cadastradas na Unidade Básica de

1 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (pamela152008@hotmail.com)

2 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (bidressa@gmail.com)

3 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (fabriciamigliari@hotmail.com)

4 Enfermeira de UBS (meninadeluznogueira@hotmail.com)

Saúde (UBS) em todas as fases do desenvolvimento humano, realizar consulta de enfermagem, realizar e participar de atividades em grupo, solicitar exames complementares, realizar procedimentos, planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em conjunto com os outros membros da equipe, realizar atividades de educação permanente com a equipe de enfermagem, participar do gerenciamento dos insu-
mos necessários para o adequado funcionamento da UBS (BRASIL, 2012).

O estágio supervisionado, disciplina obrigatória do curso, oferece aos acadêmicos de enfermagem a oportunidade de desenvolverem habilidades teórico-práticas pertinentes ao ambiente hospitalar e da Atenção Básica da saúde, em consonância com as políticas públicas do país.

Os acadêmicos de enfermagem da UNIESP-Faculdade de Presidente Prudente/SP, vivenciaram essas práticas durante o estágio supervisionado, e viemos por meio desse trabalho expor a nossa experiência vivenciada.

Este trabalho teve como objetivo descrever as experiências dos acadêmicos de enfermagem, durante o estágio supervisionado na atenção básica, relacionadas às políticas nacionais de saúde.

Do ponto de vista metodológico, este relato de experiência se caracteriza por uma compreensão da realidade vivenciada pelo acadêmico de enfermagem durante o decorrer do estágio. A disciplina Estágio Supervisionado ocorre no 9º e 10º termos do curso, com práticas assistenciais e de gerenciamento, respectivamente, vivenciadas tanto na atenção básica como no hospital clínico. Este relato deu-se a partir do estágio desenvolvido na gestão dos serviços na atenção básica (10º termo), de agosto a outubro de 2017, período matutino, na UBS Vila Real de Presidente Prudente-SP.

O grupo de estagiários era composto por oito acadêmicos, supervisionados pela docente responsável e pela enfermeira da unidade. Cada acadêmico escolheu uma Política de Saúde e desenvolveu ações de acordo com suas diretrizes e objetivos durante o estágio na Unidade Básica de Saúde, UBS-Vila Real. Os acadêmicos

de enfermagem receberam orientação e direcionamento da professora sobre o planejamento e execução das atividades do estágio, realizando planejamento e execução das ações.

Este relato descreve as principais atividades realizadas, durante o estágio supervisionado, considerando as Políticas Nacionais de Saúde do Brasil. As atividades referentes à Política Nacional de Humanização (PNH) foram desenvolvidas por meio de grupo de sala de espera, enfocando a humanização e o acolhimento, cada semana foi abordado um tema entre os usuários com cartazes e folders sobre o tema, implantação da urna de sugestões e/ou reclamações na recepção; quanto à Política Nacional Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH) foi levantado o perfil epidemiológico dos homens participantes dos grupos de exercícios físicos realizados diariamente na unidade, aferido pressão arterial (PA), antes e depois da atividade física e realizado orientações sobre vacina, exame para detecção de câncer de próstata

As atividades relacionadas às Políticas Nacionais de Saúde Mental foram realizadas por meio de grupos de promoção à saúde mental, os usuários foram orientados sobre tratamentos complementares como: chás fitoterápicos alimentação, atividades físicas, técnicas de relaxamento direcionado aos ansiosos e depressão leve; em relação à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) foi realizado o acompanhamento do desenvolvimento e crescimento das crianças cadastradas no Projeto Viva Leite por meio dos dados antropométricos e grupo psicoeducacional com responsáveis das crianças; em relação ao Programa Nacional de Imunização (PNI) foi desenvolvida busca ativa dos adolescentes que não tomaram a vacina do HPV (por telefone e na escola), orientação na escola sobre vacinas e HPV, de acordo com o Programa Saúde na Escola (PSE); quanto à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes foram desenvolvidas ações de promoção de saúde na escola, como: Aferição de Pressão Arterial (PA), Índice de Massa Corporal (IMC), registros da coleta dos dados e orientações nas 8 salas de aula sobre DST, HPV e atualização do calendário vacinal.

Houve participação ativa dos adolescentes, com questiona-

mentos e esclarecimentos de dúvidas sobre os temas abordados; Política Nacional de Promoção à Saúde direcionado às Doenças Crônicas realizada consulta de enfermagem e orientação sobre hábitos alimentares para os usuários acometidos por feridas crônicas que realizam curativos na unidade; em relação à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) realizada busca ativa das mulheres para realização do exame citopatológico ocorreu na sala de espera, abordadas 74 mulheres, sendo que 85% agendaram o exame, e dentre essas, 77% compareceram e realizaram o exame, demonstrando boa aceitação das mulheres ao acolhimento realizado e efetividade da ação.

O presente trabalho colabora para a importância da formação do futuro profissional de enfermagem, que busca conhecer as políticas existentes dentro da Unidade Básica de Saúde para que possam desenvolver ações voltadas para as necessidades de cada usuário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministerio da Saude. **Política Nacional de Atenção Básica** (PNAB). Brasília: Ministério da Saúde, 2012. p.46. Disponível em <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf> Acessado em 23/09/2017.

OSMO, Alan; SCHRAIBER, Lilian Blima. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição, **Saúde Soc. São Paulo**, v.24, supl.1, p.2, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24s1/0104-1290-sausoc-24-s1-00205> Acessado em 22/09/2017.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: HUMANIZAÇÃO E ACOLHIMENTO NA SALA DE ESPERA DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

SILVA, Marina Fidelis¹
MIGLIARI, Fabrícia de Freitas Faria²
NOGUEIRA, Lucimeire Silva³

Palavras chaves: Acolhimento. Humanização. Usuário.

A Política Nacional de Humanização (PNH) é uma das políticas adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a finalidade de cuidar e gerir pessoas, fortalecer iniciativas já existentes de humanização, implementar processo de acompanhamento e avaliação, lembrando os saberes gerados no SUS (BRASIL, 2012). Tem como objetivo a redução de filas, tempo de espera, atendimento acolhedor a fim de obter resolutividade, responsabilidade e criação de vínculo, garantia dos direitos dos usuários. Segundo o PNH, acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde pública. (BRASIL, 2006)

Os serviços de Atenção Básica, Unidade Básica de Saúde (UBS) e Estratégia Saúde da Família (ESF), são a porta de entrada do SUS. São orientados pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (BRASIL, 2012). Tais serviços são compostos por equipe multiprofissional, dentre eles o enfermeiro, cuja função de acordo com Fracolli e Castro (2012), são: atuar com autonomia, coordenar a equipe de enfermagem, supervisionar e apoiar a equipe de enfermagem, articular a educação em saúde dos indivíduos, planejar e sistematizar a assistência de enfermagem, coordenar ações educativas na comunidade, promover educação continuada permanente em enfermagem, demonstrar capa-

1 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (marina.sfidelis@hotmail.com)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (fabriciamigliari@hotmail.com)

3 Enfermeira de UBS (meninadeluznogueira@hotmail.com)

cidade de acolhimento entre outras.

A competência do profissional enfermeiro é essencial para que se consiga atingir o resultado desejado na humanização e o acolhimento aos usuários das unidades de saúde.

Esse trabalho tem como objetivo descrever o acolhimento realizado na sala de espera da UBS Vila Real, Presidente Prudente-SP, durante o estágio supervisionado de enfermagem.

Trata-se de um relato de experiência realizado durante o estágio supervisionado do curso de enfermagem, no período de agosto a outubro de 2017. As ações do acadêmico foram desenvolvidas na sala de espera da UBS VI. Real de Presidente Prudente-Sp, utilizando o seguinte plano de ação: realização de acolhimento na sala de espera, de forma individual, de acordo com os temas propostos pela unidade, seguindo cronograma semanal; implantação do livro registro de acolhimento para cada atendimento prestado; implantação e divulgação de uma urna de sugestões e/ou reclamações.

Durante o estágio supervisionado do Curso de Enfermagem, foi realizado o planejamento e a execução dos grupos de acolhimento na sala de espera. A equipe de profissionais da UBS sugeriu os seguintes temas: Importância da realização do preventivo; Importância da coleta do PSA; Imunização HPV; Prevenção ao suicídio (Setembro amarelo).

Os temas foram desenvolvidos na sala de espera individualmente e com grupos de até três pessoas durante oito dias; com duração de 1h30min em média. Foram abordadas 95 pessoas, sendo 13 homens e 82 mulheres, entre adolescentes, adultos e idosos.

Os usuários mostraram-se, durante esses períodos, bem receptivos e comunicativos, interagindo com os assuntos propostos e mostrando-se dispostos a receber orientações, havendo a escuta ativa e qualificada, demonstraram envolvimento e interesse pelos assuntos abordados. A metodologia utilizada foi o trabalho em grupo, buscando a melhora do autocuidado, para que as pessoas busquem comportamentos mais saudáveis, que podem ser aprendidos com a troca de experiência do grupo. O trabalho realizado individualmente ou em pequenos grupos mostra-se mais eficaz do

que palestra, pois nesta o usuário é apenas ouvinte, não tendo autonomia ou liberdade para relatar experiências. Ao contrario disso, a atividade em grupo permite que ele seja participante e protagonista desse trabalho. (DIAS; SILVEIRA; WITT, 2009)

Assim, foi implantado livro ata para o acolhimento na sala de espera, onde são realizadas anotações com o tema proposto do dia, horário de início e término, nome do profissional responsável pelo atendimento, e coleta de assinatura dos usuários participantes.

Realizado levantamento das sugestões e/ou reclamações da urna, que se encontra na sala de espera da unidade. A urna de sugestões e/ou reclamações tem por finalidade levantar a satisfação ou insatisfação do usuário, esta ação terá resultado à longo prazo, pois humanizar a atenção através do acolhimento e criação de vínculos podem ser processos que caminham devagar, tendo avanços e retrocessos, por motivos de resistências encontradas. (OLIVEIRA, 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a PNH, verifica-se que acolhimento é uma importante estratégia da atenção básica para que tenha o atendimento com dignidade, respeito e possa se sentir um cidadão com seus direitos de cuidados efetivos, humanos e éticos respeitados. Dessa forma, o enfermeiro um papel fundamental nesse processo, pois deve acolher juntamente com sua equipe e buscar responder aos problemas apresentados pelo usuário. A partir dessas ações, é criado um vínculo entre os profissionais da área da saúde e aqueles que precisam desse serviço.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2 ed. Brasília :Ministério da Saúde, 2006.

DIAS, V. P; SILVEIRA, D.T; WITT, R. R.; Educação em Saúde: O Trabalho de grupos em Atenção Primária. **Rev. APS**, v.12, n.2, p221-227, abr\jun.2009

FRACOLLI, L. A.; CASTRO, D. F. A. Competência do Enfermeiro na Atenção Básica em foco a Humanização no processo de trabalho. **Rev. O Mundo da Saúde**. São Camilo, São Paulo, 2012;36(3):427-432.

OLIVEIRA, C.R.A. **Atenção à saúde bucal do idoso**: o caso de uma unidade básica de saúde no interior do brasil. (Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Universidade Federal de Minas Gerais. Uberaba-MG, 2014. Disponível em> <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/CELENE-REIS-ARAUJO-OLIVEIRA.pdf>. Acessado em: 10/09/2017

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO NA ATENÇÃO BÁSICA

FREITAS, Amanda Bertian¹

MOTTA, Eire Regine S²

SILVA, Fabiana³

CITRANGULO, Gabriela⁴

MIGLIARI Fabrícia Freitas Faria⁵

Palavra-chave: Cuidados de Enfermagem. Neoplasia do Colo do Útero. Atenção Primária a Saúde.

O câncer é uma das doenças mais desafiadoras desse século, devido à ausência de cura e tratamento eficaz em muitos casos e ao efeito arrebatador que causa no doente. O câncer compreende um grupo de doenças que se caracterizam pela perda do controle da divisão celular e capacidade de invadir outras estruturas orgânicas, denominado metástase. (SILVA; FRANCO; MARQUES, 2005).

As estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) para 2016 são de 16.340 novos casos de câncer de colo do útero no Brasil, ou seja, 15,85% casos a cada 100 mil mulheres da população geral (INCA, 2012).

O Programa de Assistência Integrada a Saúde da Mulher (PAISM) foi elaborado pelo Ministério da Saúde em 1984, que incluía ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo do útero e mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacionais das mulheres. Segundo Costa (apud SOUTO, 2008)

1 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (amanda_bertian@hotmail.com)

2 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (eire_regine@hotmail.com)

3 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (odontologiaotani@hotmail.com)

4 Discente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (gabrieadelportocaca141@gmail.com)

5 Docente de Enfermagem da Faculdade de Presidente Prudente (fabriciamigliari@hotmail.com)

Para isso, foram desenvolvidos programas e sistemas de informação para avaliação e acompanhamento, de forma mais próxima, como o SISCOLO que servem para monitorar o câncer de Colo do Útero. As ações de promoção de saúde ocorrem na unidade de Atenção Básica (AB) mais próxima do cotidiano das mulheres e as acompanha ao longo sua vida, é fundamental a disseminação dos exames e da sua periodicidade, bem como dos sinais de alerta que podem significar câncer. (BRASIL, 2010).

O papel do enfermeiro é imprescindível aos três níveis de prevenção, a sua presença e disponibilidade em facultar a informação necessária á compreensão e fundamentação de todos os procedimentos face à problemática do câncer de colo de útero. Nesse contexto, percebe-se como a presença do profissional enfermeiro inserido na AB vem sendo resolutive para a prevenção e controle desta neoplasia e, quanto mais abrangente for o programa e mais atuante for o enfermeiro, melhor será o resultado dessas ações (LOUREIRO; CRUZ, 2008)

A enfermagem é responsável pela gestão e assistência dos cuidados em saúde na atenção básica de saúde, tem realizado diversas ações frente a detecção precoce do câncer do colo do útero. Esse trabalho tem a finalidade de apresentar essas ações desenvolvidas pelo profissional enfermeiro.

O proposito deste trabalho foi levantar os cuidados de enfermagem na prevenção e controle do câncer de colo de útero na atenção básica

Este estudo se baseia em uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa descritiva tendo como critérios de inclusão: as publicações entre 2006 a 2017, tema pertinente ao objetivo do trabalho, ser em língua portuguesa por ser no domínio das autoras.

A base utilizada foi *Literatura Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), a busca ocorreu no período de agosto 2016 a maio de 2017.

Após realização da busca em base de dados foram selecionados 17 artigos, identificamos as ações realizadas pelo enfermeiro na atenção básica que serão apresentadas em três categorias:

ações no serviço, na comunidade, na gestão e formação e ações compartilhadas com demais profissionais.

Atendimento individual: consulta de enfermagem, solicitação de exames, educação em saúde na prevenção recuperação e reabilitação, coleta de material cervico, grupos educativo (sexualidade/gênero/DST/planejamento familiar e auto cuidado), planejamento familiar, busca ativa das mulheres, vistas domiciliares.

Ações coletivas: educação em saúde, busca ativa e intervenções em espaços comunitários e para famílias, grupos de: aconselhamento e orientação no intuito de promover comportamentos sexuais seguros, motivação de adoção de cuidados com saúde.

Ações de gestão e formação: Atividades técnicas administrativas e educativas, Planejamento estratégico para rastreamento e diagnóstico precoce, planejamento de ações educativas e busca ativa, gerenciamento da equipe multiprofissional em unidade básica de saúde, atualizações técnicas de trabalho, planejamento das ações e avaliação dos resultados alcançados.

Ações com outros profissionais: Participam com os agentes comunitários da busca ativa, práticas educativas na realização do exame preventivo com o apoio da equipe, ações educativas junto à equipe de saúde.

Consideramos que os resultados obtidos nesse estudo demonstram as diversas ações realizadas nas unidades de saúde pelo profissional enfermeiro, em relação à prevenção do câncer de colo do útero. Verifica-se a integração do enfermeiro com a equipe no planejamento das ações e avaliação dos resultados alcançados auxiliam no alcance dos índices satisfatórios de promoção da saúde. O enfermeiro da atenção básica demonstra um amplo foco de atuação na detecção precoce do câncer de colo de útero.

Embora as dificuldades encontradas pelo enfermeiro da atenção básica em relação ao desenvolvimento das ações na saúde da mulher não fosse o objetivo desse trabalho, acreditamos ser importante apresentar os achados nos artigos, como: dificuldades de diferentes responsabilidades no âmbito de implementação e de gestão e deficiência da organização por falta

de manutenção e material de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Políticas atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CRUZ, L. M. B.; LOUREIRO, R. B. A comunicação na abordagem preventiva do câncer do colo do útero: importância das influências histórico-culturais e da sexualidade feminina na adesão às campanhas. **Saúde Soc.**, v. 17, n. 2, abr./jun. 2008.

INCA. Instituto Nacional do Câncer. In: José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2012: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA; 2011. 118 p.

INCA. Instituto Nacional do Câncer (Brasil). **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço**. 3a ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: INCA; 2008. 628 p.

SILVA, N.C.B; FRANCO M. A.P; MARQUES S.L; Conhecimento de mulheres sobre câncer de mama e de colo do útero. **Paidéia**; 2005, 15(32), 409-416.

SOUTO, K. M. B. A Política de Atenção Integrada à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. Brasília. **Ser Social**; v.10, n.22, jan/jun. 2008.

DESBARATANDO MITOS SOBRE TRABALHAR EM SISTEMA DE METAS E FLEXIBILIDADE DE RENDA

SANTOS, Jonata Xavier dos¹

ROSA, Adilson²

TORRES, Nilton Antônio³

Palavras-chave: Metas. Área Comercial. Rotina Financeira.

INTRODUÇÃO

Com o atual mercado em constante evolução, ainda mais quando se trata respeito de automação de processos, o profissional precisa estar inteirado sobre as tendências de mercado e o que ele precisa para se manter em evidência e de forma estável. Com base nessas observações e por meio de análises de mercado, pode-se constatar que a cada dia aumenta o número de empresas que trabalham buscando explorar o potencial de seu ramo de comércio. Através da venda de produtos, a busca pelo crescimento das vendas traz uma forte tendência de caráter estimulante para os profissionais que estejam dispostos a se habilitarem nessa atividade.

O grande empecilho tem sido os mitos levantados pelo fator renda flexível, ou seja, metas a serem alcançadas e trabalho longe do metódico, haja vista que em todos os meses existe uma exigência de se alçar novos voos a fim de se obter resultados já pré-estabelecidos pela empresa.

Cada vez mais o ser humano tem batalhado em busca da tão sonhada independência financeira e a estabilidade profissional, aspectos estão inteiramente interligadas. Sendo assim, boa parte da sociedade prefere um emprego que possibilite ter uma renda

1 Discente do curso de Administração (jonataxavier@hotmail.com)

2 Discente do curso de Administração (adilson.ocal@stetsom.com.br)

3 Docente do curso de Administração (niltontorres.adm@gmail.com)

fixa mensal, para poder atender as necessidades de sobrevivência e isso tem sido fator primordial para que os indivíduos não consigam enxergar com bons olhos as possibilidades ligadas a serviço que forneçam flexibilidades de renda. Esses fatores têm sido primordial para que uma grande maioria crie um bloqueio mental, intrínseco, impossibilitando avanços em um olhar voltado para as vantagens ligadas aos resultados, que posteriormente se possam estar alcançando uma maior satisfação no sentido de atender suas necessidades, e uma vez mais poderem avançar no que realmente seria o alvo ansiado pelo indivíduo.

OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é desmistificar mitos a respeito do trabalho sobre o regime de metas. Além disso, serão apresentadas questões relacionadas à flexibilidade de renda, que sem sobra de dúvidas, tem sido um dos maiores bloqueios para composição do mercado nos dias atuais.

MÉTODOS

O trabalho foi elaborado através de pesquisas bibliográficas, a partir dos seguintes autores: Kother (2010), Pavlov (1980) e Robbins (2002), Lindstron (2005) e Godin (2001) dentro os quais abordam os temas centrais desse artigo.

RESULTADOS

Segundo Pavlov (1980), o segredo de um sucesso no âmbito empregatício está inteiramente ligado à recompensa, pois sem sombra de dúvida é um dos maiores e melhores meios de se motivar um colaborador são as recompensas, sendo elas tangíveis ou intangíveis.

Para mostrar questões de satisfação para que se possam atingir a Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow apresenta cinco níveis de necessidades humanas: Fisiológicas, Segurança, Sociais, Estima e Auto Realização. O indivíduo precisa passar

por um processo que o proporcione alcançar todos esses requisitos, sendo que a satisfação profissional está inteiramente ligada ao processo que é apresentado pela pirâmide, porém, ainda há alguns tabus que tem sido empecilho para grande parte da sociedade.

Kother (2010) cita no livro Marketing 3.0 que as organizações devem centrar suas ações no ser humano com a proposição de valor nos aspectos funcional, emocional e espiritual.

O tratamento contra mitos relacionados a valores flexíveis de renda contendo um trabalho a base de acompanhamento e disciplina e todas as etapas, sempre será uma demonstração de ótimos resultados no âmbito das empresas que tem como visão trabalhar com rendas flexíveis para seus colaboradores.

CONCLUSÃO

Os mitos relacionados a essa área veem a ser desbaratados pelas orientações fornecidas por parte de grandes figuras, com forte expressão no cenário nacional e até mesmo internacional que obtiveram sucesso mesmo sendo pessoas simples. Porém, elas apresentaram enorme determinação e se valeram da antevisão, ou seja, não somente olharam para o momento presente, quando havia situações de dificuldade, mas para o fruto que a disciplina em aplicação de técnicas irá trazer em uma realidade posterior.

REFERÊNCIAS

CIALDINI, R. **Sim! 50 Segredos da Ciência da Persuasão**. São Paulo: Best Seller, 2008.

GODIN. S. **Permission Marketing**. Nova York: Simon & Schuster, 2001.

KOTHER, P. **Marketing 3.0**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LINDSTRON, M. Brand Sense. Free Press, 2005.

MASLOW, A.H. **A Theory of Human Motivation**. 1943. Disponível em: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm>. . Acesso em: 18 mai 2017.

PAVLOV, I. P. Textos escolhidos. In: PAVLOV, I. P. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural. 1980.

ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMÉRCIO ELETRÔNICO: O USO DA PLATAFORMA “MERCADO LIVRE” COMO MÉTODO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

SANTOS, Pedro Fellipe Simão dos¹

COSTA, Adriano Ferreira²

CORRÊA, Márcio Donizetti³

Palavras-chave: *E-commerce*. Empreendedor. Redução de Custos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os novos empreendedores podem usufruir de ferramentas oferecidas de forma gratuita na *internet* para abrir seu próprio negócio, sem se preocupar com um prédio para um escritório ou uma loja. Isto ocorre porque há disponíveis ferramentas que substituem, na maioria dos casos, estes locais físicos por um local “virtual” sem se preocupar tanto com custos elevados ou segurança. Hoje, um dos maiores *sites* que oferece toda essa estrutura, com segurança e de forma gratuita é o “Mercado Livre”.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral informar a todos que pensam em empreender a respeito do *e-commerce* como meio de reduzir custos. O foco principal é mostrar os benefícios que o *e-commerce* pode proporcionar, principalmente quando ligado a uma plataforma gratuita chamada “Mercado Livre”.

MÉTODOS

O estudo foi elaborado através do método de pesquisa bibliográfica, a partir dos seguintes autores: Silva (2000), Kalakota

¹ Discente do curso de Administração (pedro.felipe.12@hotmail.com)

² Discente do curso de Administração (adrianofc_real@hotmail.com)

³ Docente do curso de Administração (marcio.correa@uniesp.edu.br)

(2002) e Safko e Brake (2010) e sites renomados como: TECHTUDO e SEBRAE-SP.

RESULTADOS

Segundo SEBRAE-SP (2017), as principais vantagens do comércio eletrônico são:

- a rede de lojas (negócio) estão disponíveis vinte e quatro horas durante sete dias por semana, não importa os horários, dias de feriado ou fim de semana, o consumidor não deixa de fazer negócios e as empresas oferecem comodidade para seus clientes, e estes podem fazer seus pedidos na hora que quiser *online*;

- a capacidade de oferecer um rico conjunto de informações envolvendo a localização e identificação do produto, comentários de outros consumidores, informações sobre preço e frete, e tempo de entrega;

- o baixo custo operacional, não precisando arcar com gastos extras comuns em uma loja física tais como aluguel, contratação de pessoal e outros. Poderá manter sua estrutura atual e conta com mais um forte canal de vendas;

- a divulgação da marca: A *Internet* amplia o tempo de exposição da sua marca e mostra que a sua empresa está preparada para atender seus clientes na era da informação;

- a facilidade no acesso a novos mercados e clientes, com reduzido esforço financeiro;

Segundo SEBRAE-SP, as principais desvantagens são:

- vulnerabilidade de *hackers* para dados de cartões e senhas bancários,

- compras incorretas em razão da falta de padronização do tamanho de roupas, de calçados e outros itens do vestuário, e

- possíveis atrasos ou danificação do produto durante a entrega.

Isso posto, é possível observar que o comércio eletrônico tem crescido assustadoramente nos últimos anos em razão do avanço tecnológico e das mudanças do comportamento do consumidor, fazendo com que as empresas flexibilizem seus processos.

CONCLUSÃO

Uma vez que se faz uso desses benefícios, oportunidades surgem automaticamente, pois o empreendedor pode utilizar o que gastaria com aluguéis e manutenção do prédio da loja, bem como funcionários, como capital de giro para dar início ao seu próprio negócio, sem se preocupar com segurança, pois esta plataforma oferece todo um sistema de segurança de dados.

Outro ponto é que esta plataforma permite que pessoas de baixa renda possam empreender também.

Através de pesquisas pode-se verificar que é, de fato, viável fazer o uso desta plataforma e a maioria das desvantagens possuem soluções fáceis que irão depender do empenho do empreendedor, porem, este artigo limita-se a comparação de dados de pesquisas bibliográfica.

REFERÊNCIAS

FELIPE Alencar. Mercado Livre cria anúncios com duração infinita. Techtudo. Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/07/mercado-livre-cria-anuncios-com-duracao-infinita-e-faz-mudancas-em-taxas.html>>. Acesso em: 10 de Jun 2017.

SAFKO, Lon; BRAKE, David K. **A Bíblia da mídia social: táticas, ferramentas e estratégias para construir e transformar negócios**. São Paulo: Blucher, 2010.

SEBRAE-SP. Vantagens e desvantagens do comércio eletrônico. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/vantagens-e-desvantagens-do-comercio-eletronico,3e8a438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 24 de Mai 2017

SILVA, L.G.F.P.. **O comércio eletrônico e a logística integrada**. São Paulo, Revista Tecnológica, ano VI, no 56, .,2000, Julho, p. 42-49. 2000.

TECHTUDO. Aprenda a vender produtos no Mercado Livre. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas/tutoriais/noticia/2011/05/guiaaprendavenderprodutosnomercadolivre.html>>. Acesso em 07 de Jun 2017.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS PEQUENAS EMPRESAS

MACHADO, Igor de Moura¹

SANTOS, Jonata Xavier dos²

TORRES, Nilton Antônio³

Palavras-chave: Fluxo de Caixa, Contabilidade, Empresa.

INTRODUÇÃO

No cenário econômico atual as empresas, em geral, têm passado por momentos muito difíceis e repletos de riscos, mas também de oportunidades. A complexidade da economia, a expansão e competitividade dos mercados geram uma maior necessidade das empresas buscarem ferramentas que as auxiliem no controle de seus recursos, para que estes sejam usados de maneira adequada, a fim de alcançar os seus objetivos.

Para que uma empresa possa administrar suas entradas e saídas de recursos financeiros, de modo eficaz, é indispensável que ela utilize ferramentas de controle financeiro, sendo o fluxo de caixa uma das mais utilizadas entre o meio empresarial. Pode-se classificar o fluxo de caixa como um instrumento gerencial, cuja finalidade principal é a de auxiliar o processo decisório de uma organização, visando sempre atingir os objetivos esperados.

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral informar e conscientizar sobre a importância da utilização do fluxo de caixa nas pequenas empresas.

¹ Discente do curso de Administração (igor_moura_machado@hotmail.com)

² Discente do curso de Administração (jonata.xavier@hotmail.com)

³ Docente do curso de Administração (niltontorres.adm@gmail.com)

Busca mostrar a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando a prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentáveis para a empresa, proporcionando um fluxo de caixa equilibrado, otimizando a aplicação, de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa.

MÉTODOS

O estudo foi elaborado através do método de pesquisa bibliográfica. Foram abordados os seguintes autores: GITMANN (1997), IUDICIBUS (1986, 1990), ZDANOWICZ (1995), SILVA (2007) e PIVETTA (2007) os quais abordam a utilização do fluxo de caixa como ferramenta de gestão.

RESULTADOS

Através do conhecimento ao longo dos anos, será possível fazer uma boa projeção do fluxo de caixa para o futuro (próxima semana, próximo mês, próximo trimestre ou ano). A comparação do fluxo projetado com o real indica as variações que, quase sempre, demonstram as deficiências nas projeções. Estas variações são excelentes subsídios para aperfeiçoamento de novas projeções de fluxos de caixa.

O objetivo básico é a projeção das entradas e das saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prognosticar a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentáveis para a empresa, ainda realizar uma compra de ativos ou mesmo adiar esta compra, assim, proporcionando um fluxo de caixa equilibrado, otimizando a aplicação, de recursos próprios e de terceiros nas atividades mais rentáveis pela empresa.

Outros objetivos do fluxo de caixa:

- Saldar as obrigações da empresa nas datas de vencimento;
- Planejar pagamentos em datas certas para não incorrer em inadimplemento;

- Ter um fundo com saldo de caixa para eventuais despesas;
- Quando tem caixa elevado programar para uma melhor aplicação e pelo tempo que depois de analisado o fluxo pode se deixar;
- Buscar perfeito equilíbrio entre ingressos e desembolsos de caixa da empresa;
- Analisar fontes de crédito que oferecem empréstimos menos onerosos.
- Em caso de necessidade – com tempo já previsto.

CONCLUSÃO

Propõe-se como instrumento inicial para cumprir esse objetivo a adoção do fluxo de caixa devido à sua facilidade de compreensão, associado que está ao conceito concreto de disponibilidade financeira, e a sua importância na fase inicial da empresa em que o essencial é garantir recursos para cumprir com suas obrigações. O fluxo de caixa permite ainda resumir e refletir sobre todas as atividades da empresa: sejam elas operacionais, econômicas ou financeiras; sejam relacionadas à administração do capital de giro ou à administração financeira de longo prazo.

REFERÊNCIAS

GITMANN, Laurence J. **Princípio de administração financeira**. 7ed. São Paulo: Harbra, 1997.

IUDICIBUS, Sérgio *et al.* **Contabilidade introdutória**. 7ed. São Paulo: Atlas, 1986.

IUDICIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 1990.

PIVETTA, Geize. A utilização do fluxo de caixa nas empresas: Um modelo para a pequena empresa. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/download/6229/3729>. Acesso em: 04 Jun. 2017.

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**. 6.ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzardo, 1995.

A MORAL KANTIANA E O SEU FORMALISMO

FARAH, Felipe Andrade¹

GONÇALVES, Julio César²

GUALDA JUNIOR, Nivaldo Fernandes³

Palavras-chave: Razão. Empírico. Imperativo Categórico.

O presente trabalho consiste em uma proposta de iniciação científica junto ao curso de Direito, sob a orientação do professor Júlio César Gonçalves e do professor Nivaldo Gualda Junior, dentro da Linha de Pesquisa denominada “Crítica ao Formalismo Kantiano: Da Busca pela Efetividade de Hegel no Âmbito Constitucional.”, com início no mês de setembro do corrente ano. Logo, esta é uma etapa inicial da pesquisa.

A intenção do trabalho é esclarecer o pensamento de Kant no que diz respeito ao processo de conhecimento e à moralidade, de modo que o leitor possa refletir a respeito e enxergar a influência desse filósofo no mundo atual.

Desse modo, se faz necessário compreender alguns conceitos elementares, para dar seguimento ao entendimento da lógica Kantiana.

Para que seja compreendida a moral Kantiana, é necessária a compreensão de sua Teoria do Conhecimento. Kant entende que o conhecimento se dá por meio de uma relação entre o sujeito cognoscente (aquele que conhece) e o objeto cognoscível (aquilo que é conhecido). Porém, Kant entende que o ser humano se encontra limitado por seus sentidos nesse processo de conhecimento, não

¹ Discente de Direito da Faculdade de Presidente Prudente (felipefarah12@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente (juliofilosofia@gmail.com)

³ Docente da Faculdade de Presidente Prudente (advgualda@gmail.com)

bastando apenas o conhecimento empírico.

Segundo Bittar (2008, p. 343), “o conhecimento só é possível para Kant na medida em que interagem condições materiais de conhecimento advindas da experiência (o que os sentidos percebem) com condições formais de conhecimento (o que a razão faz com que os sentidos percebem).” Assim, o conhecimento deve consistir numa interação da Razão com o Empírico.

Kant buscou com sua teoria um equilíbrio entre o racionalismo extremo de Wolff e o ceticismo de que seria impossível obter o conhecimento trazido por Hume por meio de juízos e proposições pelos quais o conhecimento deveria passar.

A primeira classificação desses juízos ou proposições seria quanto à relação entre sujeito e o predicado, podendo ser analítico ou sintético. Nos juízos analíticos, o predicado está contido no sujeito, não havendo contradição. Conforme Adeodato (2009, p. 31), “a utilidade gnoseológica de tais juízos consiste em explicitar, em definir claramente os elementos componentes dos conceitos a que se referem, mas nada revelam sobre a realidade exterior aos seres humanos e sua própria razão”. Nos juízos sintéticos, o predicado não está contido no sujeito, pelo contrário, o predicado traz uma nova informação, sendo necessário o auxílio de outros elementos para a compreensão de sua constituição. Segundo Adeodato (2009, p. 31), “os juízos sintéticos mostram como determinados objetos se constituem efetivamente, mas nunca que eles teriam necessariamente essa constituição e nenhuma outra”.

Uma segunda classificação dos juízos que Kant trás diz respeito à relação com a experiência, podendo ser “a priori” ou “a posteriori”. Ainda, segundo Adeodato (2009, p. 32), “o juízo a priori é definido como aquele que independe de toda percepção concreta e de qualquer experiência. Ele é produto de uma intuição intelectual, ou intelecção, que apreende imediatamente um objeto que se apresenta”. O juízo pode ser também “a posteriori”. Conforme leciona Adeodato (2009, p. 32), “um juízo a posteriori, por seu turno, é um juízo empírico; sua confirmação depende diretamente da experiência; ele só pode ser referido com o auxílio dos órgãos

dos sentidos, seja diretamente, seja por intermédio de alguém que no-lo confirma e transmite”.

Dessa forma, o juízo analítico seria também um juízo “a priori”, pois os conceitos estudados seriam um só, possuindo uma única constituição, sem contradição entre o predicado e o sujeito, e sem nenhuma relação empírica, apreendendo-se o objeto da forma como ele se manifesta por meio de uma intuição intelectual. Já o juízo sintético também é “a posteriori”, pois seus elementos podem se constituir de várias formas, sendo algo mutável, derivado da experiência e dos sentidos, não sendo, portanto, um conhecimento puro.

Passemos então à moralidade Kantiana. Em sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, Kant busca compreender qual seria a Lei Moral Suprema que deve reger todas as ações humanas, usando para isso os juízos de valores “a priori” e “analíticos”. Sua intenção é purificar a moralidade adquirida por meio do conhecimento empírico, usando unicamente a Razão. Kant entende que cada indivíduo funcionaria como um legislador e ao mesmo tempo um praticante da Lei. Mas, como se daria esse processo?

Conforme Kant (2014, p. 34), “devo proceder sempre de maneira que eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal.” Assim, cada ser humano antes de agir deverá fazer uma consulta por meio da razão para saber se tal ato está de acordo com o Princípio Moral. A esta lei moral suprema, resultado da purificação do conhecimento empírico, Kant dá a denominação de “Imperativo Categórico”.

Segundo Kant (2014, p. 70),

se essa lei existe, então tem ela de estar já ligada (totalmente a priori) ao conceito de vontade de um ser racional em geral. Mas para descobrir esta ligação é preciso, por bem que nos custe, dar um passo mais além, isto é para a Metafísica, ainda que para um campo da Metafísica que é distinto do da Filosofia especulativa, e que é: a Metafísica dos Costumes. Numa Filosofia prática, em que não temos de

determinar os princípios do que acontece mas sim as leis do que deve acontecer, mesmo que nunca aconteça, quer dizer leis objectivas-práticas.

Logo, pode-se concluir que a Lei Moral que deve reger toda a sociedade, no entendimento de Kant, existe no mundo da razão, da abstração, da formalidade, independentemente da sua concretização no mundo material, podendo ou não ser colocada em prática por cada indivíduo. Eis o Formalismo de Kant!

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do Direito**: Uma Crítica à Verdade na Ética e na Ciência. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica**: Ética Geral e Profissional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2014.

ESTADO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO

SIQUEIRA, Jonatas Lombardi¹
GONÇALVES, Julio César Gonçalves²

O resumo em questão é parte da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no curso de Direito, a partir da Linha de Pesquisa “*Política, Direito e Moral*”, liderada pelos professores Nivaldo Fernandes Gualda Junior e Julio César Gonçalves, com início no segundo semestre do corrente ano e, portanto, ainda em estágio inicial.

Entender o que significa o Estado democrático e social de direito pressupõe que sejam apresentados os conceitos empregados na sua criação, em especial, Estado de Direito, Estado social e democracia. Deve ser enfatizado, porém, que o Estado social e democrático de direito não surge da mera superposição entre essas três noções. Pelo contrário, enseja uma proposta inovadora e original, como se terá oportunidade de abordar, após explicar cada um dos seus elementos.

A luta pelo Estado de direito se espalhou pelo ocidente, especialmente no contexto do Estado liberal de países como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. No contexto inglês, o Estado de direito ou *rule of law* designa a busca por um processo justo, pelo reconhecimento da supremacia da lei, do direito de acesso aos tribunais e ao *due process of law* que acabaram sendo reconhecidas na Magna Carta. No contexto norte-americano, consolidou-se as ideias do reinado da lei (*reign law*), da supremacia da Constituição e, depois, da garantia dos direitos fundamentais. Na França, também se defendeu um *état legal*, segundo o qual se sublinha a supremacia não da Constituição, mas sim da lei fundamentada na vontade popular que se exprime pelo parlamento. Por

1 Discente de Direito da Faculdade de Presidente Prudente. jonataslombardi@live.com

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente juliofilosofia@gmail.com

fim, no contexto alemão, fala-se em *Rechtstaat* no qual prevalece a ideia de um Estado mínimo, nos moldes de um Estado liberal de direito. Nele, há uma separação entre Estado e sociedade, já que a intervenção do Estado representava um tendencial perigo à liberdade e à propriedade.

Durante o período de guerras mundiais e pós-guerra, a ideia de “Estado de direito” foi mobilizada para criticar os Estados totalitários, em suas diversas manifestações: fascista, socialista e as ditaduras. Resultado: seu conteúdo começou a ser visto e revisto sob novos prismas. Por outro lado, as críticas sociais e socialistas ao Estado de direito não permitem mais que ele seja mantido nos moldes liberais.

Passa-se, então, a falar em um Estado social de direito preocupado não só com a segurança jurídica, mas também com os ideais de justiça e igualdade, mobilizados especialmente para garantia e efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais. O Estado social de direito não deve ser confundido com o Estado socialista. Com o fim dos regimes fascistas e socialistas, percebeu-se que a história não chegou ao fim. Houve apenas o prenúncio de uma nova etapa.

Ao Estado social de direito, adicionou-se o elemento democrático. Surgiu, então, o Estado social e democrático de direito. Por certo, não há consenso sobre o significado da palavra democracia. Ela se reinventou e continua se reinventando. Da proposta de democracia “pseudodireta” de Atenas, passando pelas propostas de democracia representativa e participativa da modernidade, até as mais recentes discussões sobre a democracia deliberativa existem nuances que não serão objeto de uma reflexão detida.

Será necessário restringir a exposição ao modelo cooperativo de democracia deliberativa. Em primeiro lugar, o debate é mais atual. Em segundo, ele possibilita harmonizar a tensão entre o Estado de direito, como limitação do poder, e a soberania popular, como decorrência da democracia. A proposta reconhece o desacordo moral existente nas sociedades contemporâneas. Reconhece também que o Estado de direito, como garantia das liberdades,

é uma pré-condição para que as pessoas possam deliberar livremente sobre a coisa pública e, dessa forma, existir uma democracia efetiva.

Chama-se atenção, contudo, para o fato de que as liberdades não bastam para assegurar a existência de uma deliberação pública realmente justa. A igualdade material e algumas propostas oriundas do Estado social constituem também pré-condições para deliberação pública. Afinal, um indivíduo sem acesso à educação ou a saúde encontra-se em desvantagem no complexo jogo de argumentos e contra-argumentos que envolve a deliberação pública.

Dessa combinação de ideias, surge uma proposta original que ficou conhecida como de Estado social e democrático de direito. Em linhas gerais, tal modelo de Estado pode ser definido como o governo do povo, garantido por pré-condições e limitado pelas leis e pelo direito, cuja finalidade principal é concretizar os interesses da coletividade que consideram obrigatoriamente – mas não apenas – as políticas de redistribuição e reconhecimento, voltadas destacadamente à implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7ed. Coimbra, 2003, p.243-54.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo, 1982 (Coleção os Economistas).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. Trad. Lourdes Santos Machado. – **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL

SAKAMOTO, Jussara¹

CORREIRA, Nivaldo²

ANDRADE, Lilian Regina de Campos³

Palavras-Chave: Brasil. Questão. Previdenciária.

A grave situação do sistema previdenciário deu origem a um enorme número de propostas e a um intenso debate entre reformas paramétricas e estruturais. Desse modo o objetivo deste estudo é apresentar um quadro descritivo do sistema previdenciário no Brasil. O referido trabalho se deu por meio da pesquisa bibliográfica descritiva.

A Constituição Cidadã dos anos 80 implantou no país o conceito de Seguridade Social que seria composta por três segmentos básicos: previdência social, saúde e assistência social.

No início da década de 1990, as ações do Ministério da Previdência passaram a se basear em propostas de reforma paramétrica. Importante destacar que as mudanças no sistema de proteção social pós-1988, diferentemente do que ocorreu em outros países, não buscaram a passagem de um modelo de repartição para o de capitalização (SCHWARZER; SILVA, 2002).

Entre as principais mudanças realizadas pela emenda constitucional n.º 20 estavam: a substituição da Aposentadoria por Tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de Contribuição, a ampliação do período que serve de base para o cálculo do benefício e a criação do fator previdenciário. Foram ainda introduzidos mecanismos específicos de cálculo no caso das mulheres (SCHWARZER; SILVA, 2002).

O limite de idade nas regras de transição para a aposentado-

1 Discente de Direito da Faculdade de Presidente Prudente (jurisresolve@gmail.com)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (liliannregina@hotmail.com)

3 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (liliannregina@hotmail.com)

ria integral no setor público foi fixado em 53 anos para o homem e 48 para a mulher. Aumentaram-se, ainda, as exigências para as aposentadorias especiais. Hoje, o Sistema previdenciário brasileiro é composto por 4 blocos: O INSS, o sistema dos Servidores do Governo Central, os diversos sistemas dos servidores estatutários estaduais e municipais e os fundos de pensão de empresas privadas ou estatais (GIAMBIAGI, 2004).

O Sistema de Previdência Social Brasileira, que compreende o Regime Geral de da Previdência Social, gerido pelo INSS e os Regimes Previdenciários dos Servidores Públicos, é hoje de filiação compulsória para todos os trabalhadores assalariados e autônomos (MATIJASCIC, 2003). Devido ao desequilíbrio no sistema previdenciário dos servidores públicos o governo propôs e aprovou, em 2003, a reforma da Previdência Social, por meio da Emenda Constitucional-41.

O foco da reforma de 2003 foi a previdência dos servidores federais, estaduais e municipais. Assim, em relação às reformas mais recentes, as realizadas na década de 1990 pelo governo, FHC tiveram maior impacto sobre o INSS. Já a reforma realizada pelo governo Lula no governo atual atingiu basicamente o regime dos funcionários públicos (MATIJASCIC, 2003). “Apesar dos avanços ocorridos, ainda persistem vários problemas que juntos são responsáveis pela crise atual do sistema previdenciário”. (MATIJASCIC, 2003, p.60).

O Brasil se encontra hoje muito longe de regras consistentes com o equilíbrio do sistema previdenciário. As reformas que foram realizadas no país nos últimos anos, que buscaram proteger o sistema da falência, estão ainda muito longe das regras vigentes em outros países.

REFERÊNCIAS

GIAMBIAGI, F; MENDONÇA, J. **Diagnóstico da Previdência Social no Brasil**. O que foi feito e o que falta reformar? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MA TIJASCIC, M. **Crise e Reformas do Complexo Previdenciário no Brasil**. Tese de doutorado. Campinas, 2002.

RAP. Reforma Previdenciária no Brasil em Três Momentos. **Revista de Administração Pública**, Volume 28, 2004.

SCHWARZER, H; QUERINO, Ana C. Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivo da seguridade social brasileira. Brasília: IPEA, 2002.

IDOSOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ASSISTIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) – DO MUNICÍPIO DE MARTINOPLIS-SP

OLIVEIRA, Lucia Elena Tudisco¹

ALVES, Ana Paula S. Giroto²

Palavras-Chave: Idoso. Violência Doméstica. CREAS

A trajetória da velhice vem se modificando de acordo com cada período histórico. Atualmente pode-se constatar por meio de pesquisa bibliográfica, por intermédio da mídia, que esse estudo vem ganhando o seu espaço garantindo por meio das políticas Públicas. Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), até o ano de 2050, a expectativa de vida do brasileiro será de 80 anos, daí a necessidade das Políticas Públicas, para garantir a dignidade dos idosos, o acesso à rede de serviços e saúde e Assistência Social, que determina que nenhum idoso venha sofrer quaisquer tipos de negligência, crueldade ou opressão.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no Centro de Referência Especializado do município de Martinópolis (CREAS), com objetivo específico de discutir o perfil da pessoa idosa, vítima de violência dentro do referido município, no período do segundo semestre do ano de 2016, bem como identificar seus principais agressores.

A metodologia utilizada foi pesquisa documental, bibliográfica, de campo e análise dos prontuários, referente a cada idoso separadamente.

O estudo foi dividido em três capítulos: inicialmente discute sobre a questão conceitual de velhice; posteriormente trata da proteção da proteção social direcionada a população idosa; e por fim, apresenta a pesquisa de campo realizada no equipamento ci-

1 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (Lucia_tudisco@hotmail.com)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (anagiroto@hotmail.com)

tado acima (CREAS), onde se pode perceber mais detalhadamente cada tipo de violência; quem são maiores agressores; o sexo; a faixa etária dentre outro que segue abaixo.

Conforme salientamos acima, foram feitas análise de cada idoso assistido no departamento. Iniciamos a análise dos dados pelo sexo e pelos que os dados nos mostram cerca de 42 % são do sexo masculino em quanto sofrem, enquanto que 58% as violências são acometidas contra o sexo feminino.

Porto (2007) reforça que esse dado reflete a realidade de todos os tempos, pois as mulheres sempre foram posta em segundo plano submissa, discriminada e oprimida. Apesar das grandes conquistas adquiridas por elas, o homem, por outro lado, ainda reflete a um sujeito detentor de direitos e poderes sobre as mulheres.

O que nos chamou a atenção foi a idade desses idosos que é de 60 a 90 anos de idades sofrendo violência. No caso desse problema no município, esse tipo de violência se expande por quase toda a cidade, mas, o bairro mais atingido é o da Vila Alegrete, onde se encontra um contingente populacional expressivo. Consiste em um local de pobreza do município, com alto nível de vulnerabilidade e que possui o maior número de drogadição do município. Tais informações nos levam a refletir que talvez nesses bairros a violência contra o idoso pode estar relacionada à dependência de substâncias psicoativas dos agressores.

Com relação ao agressor, ficou comprovado que o principal responsável por esse tipo de violência é o próprio núcleo familiar, verídico que o grau de parentesco com o idoso, seria a própria família, tendo como principal agressor os filhos e os netos, ou seja, onde o idoso deveria ser melhor acolhido é onde ele está sendo mais agredido e negligenciado.

Os tipos de violência que identificamos em nossa pesquisa de campo foram a violência psicológica, física, negligência e a maior parte de abandono. Dentro do município de Martinópolis, identificamos 70% de abandono, seguida por 15% violência física, 10% por violência psicológica e 5% por negligência,

Nesses casos, a maioria dos acompanhamentos é efetuado

na maioria das vezes através do CRAS com um percentual de 50%, saúde 16%, denúncia anônima 17% e busca espontânea 17%.

A violência relativa ao abandono apresenta-se com múltipla facetas, como, pela ausência de dar alimentação ou medição na hora certa e o banho. Ela acontece em diferentes formas e lugares, sendo provocada pelos cuidadores e por instituições de longa permanência e órgãos públicos.

O registro através de ocorrência é mínima sendo um percentual de 8% os demais ocultos 92%, por medo de prejudicar, pois no município a maioria dos agressores são parentes muito próximos e também por não trem o conhecimento de seus direitos protegidos por lei.

A família, a sociedade e o estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade em estar e garantindo-lhe o direito a vida. § 1º os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares (BRASIL, 1988 s/p).

Neste sentido, a pesquisa documental realizada mostra que esses idosos sofreram demasiadas tipos de violência do tipo física, psicológica, negligência e abandono. Observamos que a maioria das situações de violência ocorre no âmbito intrafamiliar, por mais que a mídia trabalhe contra. Enfim, a pesquisa deixa claro que ainda é necessário maior trabalho de conscientização para que a população internalize essa luta e coloque um a violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> —
Acessado em: 18 de outubro de 2107

BRASIL, **ESTATUTO DO IDOSO**, Lei N° 10741, de 1° de outubro de 2003 . Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)> Acesso em 18 de outubro de 2017

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/, acesso em 18 de outubro de 2017

PRONTUÁRIOS DOS IDOSOS - Vítima de Violência no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Martinópolis, acesso em segundo semestre de 2016 – Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../tipificacao.pdf> Acesso em: 18 de outubro de 2017

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DO PERFIL DOS USUÁRIOS ATENDIDOS NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP

DIAS, Bruna Aparecida de Oliveira¹

COELHO, Danielly Oliveira Pachu²

OLIVEIRA, Regiane Cristina Assunção de³

FAUSTINI, Sara Leonora Totola⁴

ANDRADE, Lilian Regina de Campos⁵

Palavras-chave: População. Situação de rua. Serviço de Acolhimento

O fenômeno população de rua é algo presente na sociedade de forma intensa, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseado em dados do ano de 2015, o número de pessoas sobrevivendo nas ruas no Brasil é de 101.854, sendo 40,1% em municípios com mais de 900 mil habitantes; 77,02% em municípios com número superior a 100 mil habitantes. Este resumo é fruto de trabalho de conclusão de curso (TCC) que tem como objetivo o levantamento e análise do perfil dos usuários atendidos no Serviço de Acolhimento para População em Situação de Rua de Presidente Prudente – SP.

A proposta para elaborar este tema surgiu no decorrer do curso, devido ao estudo sobre as expressões da questão social, visto que a população de rua está sujeita a todas as expressões, como pobreza extrema e total vulnerabilidade social.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi de

1 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (bruna_dias1508@hotmail.com)

2 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (daniellypachu18@gmail.com)

3 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (regiane.cristina1982@hotmail.com)

4 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (sara_leonoratf@hotmail.com)

5 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (liliannregina@hotmail.com)

cunho bibliográfico e pesquisa documental. O trabalho foi dividido em três capítulos para melhor compreensão, os quais tratam, respectivamente, sobre o contexto histórico do capitalismo, que teve início em meados dos séculos XI e XV, principal fator para o aumento da exclusão social, de forma a beneficiar somente a classe burguesa gerando grande divisão social. De acordo com Yamamoto(1999, p.27), a questão social pode ser definida como um “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”.

O segundo capítulo do trabalho enfatiza as características da população de rua no Brasil, destaca-se que, segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), um grupo populacional heterogêneo, é aquele que tem em comum a pobreza extrema, vínculo familiar rompido ou fragilizado, ausência de emprego, entre outras questões, as quais se agravam ainda mais nessas condições de sobrevivência.

O último capítulo evidencia questões dos usuários acolhidos no Serviço de Acolhimento através de gráficos de cunho quantitativo/qualitativo, tais como sexo, vínculo familiar e estado civil.

De acordo com a pesquisa documental realizada no Serviço de Acolhimento para a População em Situação de Rua, firma-se que a maioria é do sexo masculino e solteiro, não vivia na rua com a família antes de serem acolhidos no Serviço. Dos que têm filhos, não são todos que mantêm contato com os mesmos. A medicação é uma questão bastante presente no Serviço, pois é disponibilizada aos acolhidos que necessitam. Os vínculos familiares são rompidos ou extremamente fragilizados. Sobre a vida escolar dos acolhidos, destaca-se que, geralmente, as condições de ensino foram fragilizadas ou inexistentes.

Destes usuários 50% desenvolviam atividade econômica antes de se encontrar em situação de rua, os outros 50%, não. Porém há os que trabalham de alguma forma atualmente.

Dos usuários que não possuem documentação completa são 65%, não há um motivo específico, os que não têm já chegam ao Serviço sem. O que é mais uma atribuição da assistente social, fa-

zer com que seja possível recuperar todos os documentos. A dependência química por parte dos usuários do sistema é um problema frequente, pois a situação de rua intensifica o vício de álcool e/ou drogas.

Estas foram questões relevantes que deram embasamento para a realização do trabalho. Contudo, este levantamento e análise dos usuários têm como objetivo evidenciar as suas principais características, de forma a aumentar a visibilidade acerca desta população, a qual, geralmente, tem seus direitos violados e são consideradas como “invisíveis” aos olhos da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília. Maio de 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano 2, n 3, Brasília- ABEPSS, 1999.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303>.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. São Paulo, Cortez; Celats, 2007.

SERVIÇO de Acolhimento para a População em Situação de Rua de Presidente Prudente – SP.

O PERFIL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM ATENDIMENTO ATIVO NO CREAS/MULHER DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP NO ANO DE 2017

CUNHA, Amanda¹

FIORINI, Dayane Cristina²

LIMA, Lucinete Ap. S.³

ALVES, Ana Paula S. Giroto⁴

ANDRADE, Lilian Regina de Campos⁵

Palavras-chave: mulher. violência. CREAS/MULHER. Lei Maria da Penha. doméstica.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica e intrafamiliar tem sido um dos grandes problemas de nossa sociedade, discutidos nas redes de comunicação como internet, rádio, jornais, tv como o caso de algumas novelas brasileiras, filmes e até no senado. O desafio é buscar não somente soluções para essa demanda, mas também os motivos da “submissão” dessas mulheres, os causadores das agressões em seus diversos fatores, o histórico de vida dos agressores sendo visto como foco de intervenção dentre outros questionamentos.

Por essa razão, consideramos importante abordar esse tema, buscando respostas na evolução história da mulher na sociedade até os dias atuais, assim como discutir sobre os aspectos da violência contra a mulher.

Este estudo é fruto de um trabalho de conclusão de curso

1 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (amandynhacunha_tdm@hotmail.com)

2 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (dayafiorini@hotmail.com)

3 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (lucientesantiagolima@outlook.com)

4 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (anagiroto@hotmail.com)

5 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (liliannregina@hotmail.com)

(TCC) que foi dividido em três capítulos, o primeiro capítulo trata do histórico da mulher na sociedade, as mudanças que ocorreram à partir do século XVII, a inserção da mulher no mercado de trabalho com a Revolução Industrial, a criação dos Sindicatos Feministas no século XX, a grande conquista do reconhecimento legal da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, afirmados na Constituição Federal de 1988.

O segundo capítulo fala sobre a violência de gênero e as políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de violência doméstica como a lei Maria da Penha (lei nº11.340/2006), a principal lei para o enfrentamento a violência contra a mulher juntamente com a lei do Feminicídio sancionada pela Presidente Dilma Rousseff em 2005 determinando os diversos tipos de violência de gênero.

Por fim, no terceiro capítulo, tratamos dos programas voltados para a mulher como a delegacia da mulher e o CREAS MULHER de Presidente Prudente, que atende mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pondo em questão diversos fatores como idade das vítimas, escolaridade, a relação com o agressor dentre outros pertinentes ao atendimento e uma melhor compreensão da situação dessas mulheres.

Falar sobre a violência contra a mulher na Região de Presidente Prudente é de suma importância para entender a realidade dessas mulheres por se tratar de um tema polêmico na atualidade, constituindo demanda para o serviço social que tem a responsabilidade de articular ações que visem a diminuição desse problema, tendo a responsabilidade de intervir, em prol da garantia a segurança e vida dessas mulheres, deixando para trás a visão da violência doméstica como caso de família e passando a ter uma visão de problema social presente na realidade brasileira.

OBJETIVO

O objetivo do trabalho foi discutir e conhecer a realidade das mulheres que convivem em situação de violência doméstica e familiar no município de Presidente Prudente. O histórico da mulher na sociedade como um todo, e, compreender as políticas públicas

voltadas à defesa das mulheres , assim como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.

MÉTODOS

A metodologia utilizada foram revisão de literatura em textos, livros, artigos, legislações relacionadas ao tema e foi realizada também pesquisa documental no CREAS MULHER de Presidente Prudente para levantamento do perfil das mulheres em situação de violência atendidas pelo serviço, tratando-se de uma pesquisa qualitativa.

RESULTADOS

Através deste trabalho, podemos identificar que violência contra a mulher acontece desde os primórdios, e contemporaneamente é embasada na questão de gênero. O agente agressor está historicamente ligado ao papel do homem na casa, muitas vezes, se alto definem proprietários dessas mulheres tendo o poder de vida e morte das mesmas, surgindo casos e mais casos de violências dos mais diversos fatores.

O CREAS/MULHER possui um papel fundamental no combate a violência contra mulher, direcionando-as a superação com vínculo da violência, e proporcionando-as a sua emancipação como membros de uma sociedade.

CONCLUSÃO

Os serviços oferecidos no CREAS/Mulher de Presidente Prudente refere-se as categorias profissionais que atuam diretamente com o usuário; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), segurança de acolhida para conhecer cada família e indivíduo, segurança de convívio ou vivência familiar (serviços de forma continuada), segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia que deve contribuir para o alcance de maior grau de independência familiar e pessoal e qualidade nos

laços sociais, ou seja, a integração para o acesso a serviços, benefícios e programas de transferência de renda, como por exemplo o Benefício Bolsa Mulher cujo projeto aprovado pela câmara dos vereadores de Presidente Prudente e aprovado pelo prefeito Milton Carlos de Melo, sancionado na Lei Orgânica nº 8.850/2015 trata-se de um projeto elaborado pelo CREAS/MULHER de Presidente Prudente. (BRASIL 2011,p.10)

Por isso, dizer que mulher que apanha e permanece na relação “gosta de apanhar” ou é “mulher de malandro”, nunca foi e nunca será uma explicação, muito pelo contrário, este argumento fere ainda mais as mulheres que vivenciam situação de violência. Elas necessitam de apoio para alcançar sua emancipação e superar a situação em que se encontram. (INSTITUTO NOOS, 2010, p 33)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Cartilha Perguntas e Respostas CREAS**, 2011. p.10

INSTITUTO NOOS. **Cartilha Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar e de Gênero**. 2010.

ADOÇÃO TARDIA

MATEUS, Alicéia Eduarda¹
SANTOS, Daiane Aparecida dos²
ARAÚJO, Eloíza da Silva³
PRETI, Rosangela⁴
ALVES, Ana Paula S. Giroto⁵

Palavras-chaves: Adoção Tardia. Assistente Social. Crianças. Adolescente. Serviço de Acolhimento.

A ideia de realizar uma pesquisa sobre a adoção tardia surgiu a partir da leitura de artigos acadêmicos. Pelo estudo, percebemos a necessidade de abordar o tema da adoção tardia, tendo em vista que a maioria das famílias que procuram a adoção busca bebês. Porém, essa imagem não condiz com a realidade das crianças, que em maior parte já não são mais bebês.

Ainda consideramos que esta pesquisa é relevante, pois se trata de uma das áreas de atuação do serviço social. A participação do Assistente Social é parte fundamental no processo de adoção, uma vez que dá suporte e apoio, através de orientações técnicas, às famílias que estão atravessando o processo da adoção (SILVA, 2009).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi pesquisa bibliográfica possibilitando ordenar, de forma clara e sistematizada, os achados mais relevantes, através de livros, artigos científicos e fichamentos.

No que se refere ao corpo do texto, a pesquisa inicia-se com o primeiro capítulo, que objetiva fazer um breve histórico dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, ou seja, seu contexto

1 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (aliceiaeduarda@hotmail.com)

2 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (daianeasantos76@gmail.com)

3 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (eloizaper@hotmail.com)

4 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (rosangela1723@hotmail.com)

5 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (anagiroto@hotmail.com)

histórico, bem a roda dos expostos e evolução legal dos direitos. Já no segundo capítulo traremos o processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social, e por fim no terceiro capítulo trata-se da serviço social e adoção tardia.

O processo de adoção pode ser dividido em adoção e adoção tardia. A adoção se refere à forma de tornar filho alguém nascido de outro. A adoção tardia é a adoção que ocorre com crianças maiores (acima de 2 anos), ou seja, crianças que não são mais um bebê e, por isso, possuem um certo grau de independência do adulto na satisfação de suas necessidades básicas (VARGAS, 2013).

A adoção tardia é um tema de grande relevância na sociedade, pois por meio desse ato há a possibilidade de garantir uma família às crianças e adolescentes que não conhecem o conforto de um lar, dando-lhes uma chance para serem melhores, dentro de um ambiente saudável no convívio familiar. Caberá aos novos pais fazerem essa criança/adolescente se sentir integrante da família, sendo amado como filho, sendo a mesma família que aceitar a criança responsável, tendo como obrigação garantir a criança, proteção, segurança, amor, estudo e tudo mais que se faz necessário a um filho, tudo conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A adoção é um processo muito delicado e minucioso, porém, o ECA (1990) garante: É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Ao estudar o tema, observou-se que a adoção tardia revela um certo preconceito cultural, pois os adotantes em sua maioria, já apresenta um perfil pré-definido para a “escolha da criança”. Embora há uma garantia apresentada no artigo 5º do ECA que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da Lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Então, se há uma garantia, por que a discriminação no tocante a adoção? Esse questionamento se fortalece no artigo 19 do mesmo estatuto (ECA):

toda criança ou adolescente tem direito a ser criada e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Seguindo essa dinâmica, surge novamente a figura do assistente social judiciário como peça imprescindível na questão da adoção, onde juntamente com outros profissionais farão a condução e a orientação necessária a esses adotantes.

Nesse espaço sócio ocupacional, o assistente social compõe a equipe técnica e junto com esta realiza entrevistas, visitas domiciliares, grupo de orientação aos adotantes, acompanha o processo de adoção e adaptação da criança ao novo lar, sempre norteado pelos princípios éticos e pela busca da garantia de proteção social à criança e ao adolescente.

O trabalho do assistente social no judiciário está descrito no art. 151 do ECA (BRASIL, 1990):

Compete à equipe interprofissional, dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalho de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico.

Sendo que durante o processo de adoção, a colocação em família substituta será autorizada como medida de exceção, ou melhor, último recurso após os meios de manter essa criança no seio familiar estiver esvaído. Embora o ECA tenha vindo para fortalecer esses direitos, percebe-se claramente a ausência ou ineficiência de serviços que atendam essas famílias, sendo que é essencial para o Estado criar formas de atender essas demandas econômicas e

sociais em relação as famílias biológicas para que possivelmente haja uma efetivação dessa proteção integral e que elas possam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos reduzindo assim a dinâmica da adoção, principalmente, aquelas denominadas adoção tardia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.8.069-1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1985.

SILVA, M. O.S. **O Serviço Social e o Popular**: Resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 6ª ed. São Paulo: Cortez 2009.

VARGAS, M.M. **Adoção tardia**: da família sonhada á família possível. São Paulo: casa do Psicólogo, 1998.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL COM AUTISTAS

RIBEIRO, Clarina Arantes¹

PAIXÃO, Jucicleia de Souza²

ESTÁCIO, Katia Fernanda³

PALMEIRA, Lucimara da Costa⁴

SILVA, Paulo Roberto da ⁵

ANDRADE, Lilian Regina de Campos⁶

Palavras-Chave: Deficiência Mental. Autismo. Serviço Social.

Observa-se, na contemporaneidade, a necessidade da atuação de um profissional capaz de intermediar os mais diversos conflitos que se manifestam no processo de formação de uma nova sociedade que surgira com autismo.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é compreender a atuação do profissional de Serviço Social com autistas, bem como revisar historicamente a teoria acerca do quadro do Transtorno de Espectro Autista. Na ausência de um marcador biológico, seu diagnóstico permanece clínico, com base nos critérios da Associação Americana de Psiquiatria (DSM). Ao longo de várias décadas, diversos instrumentos foram desenvolvidos com base no DSM-IV, com objetivo de aperfeiçoar o diagnóstico do transtorno, assim como várias escalas que medem a gravidade dos sintomas também foram criadas.

Atualmente, o DSM-IV-TR (2014) descreve os critérios de

1 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (clarinaarantes@gmail.com)

2 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (juci_paixao18@hotmail.com)

3 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (katiaestacio11@gmail.com)

4 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (mara_santos_38@hotmail.com)

5 Discente de Serviço Social da Faculdade de Presidente Prudente (paulorobertobenal@gmail.com)

6 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (lilianregina@hotmail.com)

diagnósticos mais detalhados e aceitos para se diferenciar o autismo dessas e de outras deficiências.

Pesquisadores nessa área da psicanálise assim descritos nessa pesquisa tratam o assunto de maneira diferente, enfatizando o nascimento, o convívio familiar os critérios de diagnósticos, enfim, uma gama de teorias e estudos para que seja definido realmente o que os transtornos mentais ocasionam nas relações interpessoais.

De acordo com Monteiro *et al*:

Ao ser lançada no mundo, o ser vive seu cotidiano ôntico a cada instante e nesse viver vai ao encontro do outro. A convivência cotidiana o coloca sob a tutela dos outros, na verdade os outros dispõem sobre as suas possibilidades cotidianas. [...] a mãe absorve o mundo do filho, referindo-se e cuidando envolvidamente nesse mundo, de tal forma que passa a relatar o seu cotidiano como o cotidiano do filho, sustentando sua vivência no modo do desvelo e do cuida.

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo com pesquisas bibliográficas, eletrônicas, documentais, pesquisa de campo, entrevistas com profissional de Serviço Social e profissional multidisciplinar, dando ênfase no levantamento do perfil dos autistas atendidos na Associação Lumen Et Fides.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo abrange o contexto histórico da Deficiência Mental ao Autismo e os paradigmas que as famílias vivenciam. No segundo capítulo são apresentadas as Leis, Políticas Públicas, Instituições e a atuação do profissional de Serviço Social voltado para o Autismo. O terceiro capítulo refere-se ao desenvolvimento da pesquisa in loco que abordou todo o contexto histórico da Associação Lumen Et Fides como: o primeiro acolhimento, o apoio social ao autistas e o levantamento do perfil desses usuários atendidos, as entrevistas citadas foram realizadas com a assistente social e pedagoga .

No que diz respeito à atuação do profissional de Serviço

Social, compreendemos também haver um importante e significativo campo de atuação, com articulações no amparo as famílias e encaminhamentos às políticas públicas e ações que busquem mitigar e apoiar suas vidas. Uma das políticas mais importantes é a saúde onde obriga o SUS (Sistema Único de Saúde) a estabelecer padrões para as avaliações de riscos para o desenvolvimento psíquicos das crianças. Segundo o Artigo 14 da LEI Nº 13.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017:

É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico. (NR) (BRASIL, 2017).

Pode-se observar que, para haver profissionais capazes de trabalhar com um olhar voltado realmente às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, tem-se pela frente uma intensa luta, que também envolve os familiares. Compreende-se que se deve buscar, cada vez mais, atenção às necessidades das famílias de crianças, adolescentes e adultos com Transtorno de Espectro Autista, que carecem de melhor qualidade de vida e autonomia.

No que se refere às particularidades dos assuntos abordados apresentamos os resultados obtidos nessa pesquisa especificando como o serviço social desempenha seu papel no apoio social e no primeiro acolhimento das famílias dentro da Associação Lumen Et Fides, revelando os pontos positivos e negativos que essa família vivencia com um membro autista, a avaliação qualitativa empreendida com o intuito de compreender e analisar a participação dos pais nos grupos com a psicóloga e assistente social, priorizando o trabalho de aceitação e insegurança e a participação dos pais com a equipe, pois, é de suma importância na continuidade no tratamento do autista no âmbito familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 13.438, de 26 de abril de 2017. Para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 27/4/2017, Página 2 (Publicação Original). Acesso em: abril de 2017.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS 5ª Edição. DSM-5; 922 p. American Psychiatric Association. Tradução: NASCIMENTO, Maria; MACHADO, Paulo; GARCEZ, Regina; PIZZATO, Régis; ROSA, Sandra. 2014. Disponível em: <<http://blogdapsicologia.com.br/unimar/wp-content/uploads/2015/12/248320024-Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

MONTEIRO, Claudete; *et al.* Vivências maternas na realidade de ter um filho autista: uma compreensão pela enfermagem. Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI. **Revista brasileira de enfermagem**. V.3. n 61, p. 330-335. Brasília maio- junho 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n3/a09v61n3.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

GESTALT EM DIAS ATUAIS

CAMPOS, Victor Hugo Miranda¹

PINHEIRO, Caroline Lopes dos Santos²

ANDRADE, Lilian Regina de Campos³

BENEDETTI, Ieda Maria Munhos⁴

Palavras-Chave: Gestalt. Abordagens Terapia

Entendemos por Gestalt “a psicologia da forma” embora seja uma palavra alemã e não tenha uma tradução exata para nenhum outro idioma. Foi uma psicologia que surgiu o final do século XIX e é basicamente o estudo da percepção, percepção esta que se dá devido ao acúmulo de experiências anteriores. Essa psicologia resulta da interação sujeito/objeto. Enquanto nos Estados Unidos acontecia a revolução behaviorista, na Alemanha acontecia a Gestalt, consistindo em mais um protesto contra a psicologia Wundtiana. Segundo o fundador da psicologia da Gestalt, Wolfgang Köhler (1959, p.728), “ficamos chocados com a tese de que todo fato psicológico [...] constitui-se de átomos, introduzindo, assim, a ação”.

Os psicólogos da Gestalt criticaram a tentativa de reduzir a consciência da mente em elementos ou átomos. Para eles ao combinarem os elementos sensoriais formariam um novo padrão ou configuração. Uma outra influência anterior foi o que chamaram de fenomenologia, de acordo com Schultz (2009, p.322), “abordagem do conhecimento com base em uma descrição imparcial da experiência imediata conforme ela ocorre, e não analisada ou reduzida a elementos.

Gestalt-Terapia, embora formalmente apresentada

1 Discente da Faculdade de Presidente Prudente(vhmiranda63@gmail.com)

2 Discente da Faculdade de Presidente Prudente

3 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (liliannregina@hotmail.com)

4 Docente da Faculdade de Presidente Prudente (iedabenedetti@hotmail.com)

como um tipo de psicoterapia, é baseada em princípios que são considerados como uma forma saudável de vida. Em outras palavras, é primeiro uma filosofia de vida, uma forma de ser, e com base nisso, há maneiras de aplicar este conhecimento de forma que outras pessoas possam beneficiar-se dele. Gestalt-Terapia é a organização prática da filosofia da Gestalt. Felizmente o Gestalt-terapeuta é antes identificado por quem ele é como pessoa, do que pelo que é ou faz. (PERLS, 1977 p. 14).

TERAPIA

A Gestalt é um tipo de terapia psicológica utilizada para aprofundar nossa consciência de nós mesmos e dos nossos sentimentos de maneira menos intelectual que nas terapias mais tradicionais. A palavra “Gestalt” significa totalidade. Para essa corrente, há, em cada experiência ou interação humana, sentimentos no primeiro plano e no plano de fundo. Gestalt Terapia é considerada uma terapia do contato, pois acredita-se que a todo o momento estamos em contato com o meio, e por meio deste que o funcionamento humano pode tornar-se saudável ou disfuncional. É através do contato que nos damos conta de nosso processo, e que podemos ser criativos na forma de ver o mundo e de fazer escolhas na vida.

Desta forma, no trabalho clínico, busca-se uma ampliação da consciência do indivíduo sobre seu próprio funcionamento, ou seja, uma awareness sobre como ele funciona, como se interrompe no seu processo de contato consigo e com o mundo, quais as suas tentativas para alcançar seu próprio equilíbrio, tomando suas próprias decisões e efetuando escolhas que atendam às suas reais necessidades. Desta maneira, é importante que o indivíduo assuma suas responsabilidades diante de suas escolhas, diante de sua vida. Conforme ele vai se conscientizando de suas escolhas, de seu modo de viver, é possível, então, realizar mudanças, uma vez que acredita-se que através do contato, a mudança simplesmente ocorre.

TEORIA DE CAMPO

A teoria de campo está muito ligada ao processo cognitivo, ou seja, ela indica o processo pelo qual pensamos. Ela nos orienta em relação aos mecanismos de avaliação, assimilação de ideias e metodologias e um referencial de comunicação. Para entendermos o processo de conscientização da *awareness*, é necessário que haja uma interação entre a maneira de pensar e a de estar inserido no mundo. “Campo” é um instrumento básico na abordagem da Teoria de Campo e traz uma visão holística e interativa das forças presentes nele.

Para a Gestalt-terapia, o relacionamento é inerente à existência. Ou melhor, tudo que existe consiste de uma teia de relacionamentos que é determinada por uma multiplicidade de variáveis. O contato-relacionamento constitui a primeira realidade para a pessoa, e o organismo não tem significado separado do seu ambiente. Um campo é definido como a totalidade de fatos coexistentes que são concebidos como mutuamente interdependentes, e traz em si uma noção dinâmica e não estática. “O comportamento deixa de ser entendido apenas como resultado da realidade interna da pessoa e passa a ser analisado em função do campo que existe no momento em que ocorre. A situação comportamental é vista como um todo, da qual decorrem partes diferenciadas” (PONCIANO, 2017, 1985: 95).

Outro ponto importante de destacar é que os relacionamentos se constituem dentro de uma organização dinâmica e sistêmica inerente ao todo. A proposta do campo é fazer com que a pessoa perceba de forma dinâmica e energética que existem possibilidades para o movimento e a interação global do mundo. Podemos então dizer que tudo pode ser definido em termos de um campo todo.

Cada evento é único, ordenado, e pode ser estudado independentemente do número de repetições para classificá-lo. Lewin (1890) segue a orientação gestáltica, mas ultrapassa os limites da posição ortodoxa da Gestalt, para incluir as necessidades huma-

nas, a personalidade e as influências sociais no comportamento.

A psicologia da Gestalt refletia a tendência, do final do século XIX, do estudo com base nas relações de campo e não no modelo atomístico e elementarista. A teoria de campo surgiu dentro da psicologia como um conceito equivalente ao dos campos de força da física. Na psicologia atual, o termo teoria de campo geralmente refere-se às ideias de Lewin. Lewin segue a orientação gestáltica, mas ultrapassa os limites da posição ortodoxa da Gestalt, para incluir as necessidades humanas, a personalidade e as influências sociais no comportamento. (LEWIN, 1890, p.139).

Benefícios da Gestalt em dias atuais

A Gestalt-Terapia é considerada uma terapia do contato, onde acreditamos que a todo o momento estamos em contato com o meio, e por meio deste que o funcionamento humano pode tornar-se saudável ou disfuncional. É através do contato que nos damos conta de nosso processo, e que podemos ser criativos na forma de ver o mundo e de fazer escolhas na vida.

Gestalt é importante por ajudar seus sentimentos, já que ela busca fazer um sentimento ruim se ajuste e você se ajusta buscando sua própria resposta sem ajuda do terapeuta. Com isso, o terapeuta busca prever e modular o problema do paciente fazendo com que ele mesmo procure sua resposta.

REFERÊNCIAS

PERLS *et all.*. **Isto é Gestalt**. Summus: São Paulo, 1977.

SCHULTZ. **História da Psicologia Moderna**. Cengage Learning: São Paulo, 2009.

RESENHAS CRÍTICAS



RESENHA DO LIVRO: OS CONTEÚDOS ESCOLARES E A RES-SURREIÇÃO DOS MORTOS

FERNANDES, Bruna da Silva¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016, 151p.

Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos é um livro que tem por objetivo colaborar com a teoria Histórico-Crítica do currículo escolar. A autoria da obra é de Newton Duarte e ela está dividida em duas partes: a primeira parte se trata da dialética como fundamento da teoria histórico-crítica do currículo e a segunda parte da relação dialética entre a vida humana e os conteúdos escolares. O material é composto por sete capítulos estruturados, é bem elaborado e pautado na teoria de Vigotski.

Newton Duarte é graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos, com mestrado em educação pela mesma universidade e doutorado em educação pela Unicamp. É professor da Unesp (Araraquara) e líder do Grupo de Pesquisa “Estudos Marxistas em Educação”.

No primeiro capítulo, o autor nos mostra que os conteúdos escolares e as formas de ensino dentro da pedagogia histórico crítica não adotam o conceito de reprodução da cultura porque isso traria uma concepção conservadora e enrijecida, impossibilitando o desenvolvimento da consciência dos alunos e a luta pelos seus direitos.

A Pedagogia Histórico-Crítica, segundo o autor, é considerada um marco na educação brasileira, porém pouco praticada no cotidiano escolar. A teoria criada pelo pedagogo brasileiro Derme-

¹ Discente do de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente (brunafernandes347@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho.

val Saviani e tem como foco a transmissão de conteúdos científicos por parte da escola, porém sem ser conteudista. Sendo assim, Newton Duarte se apresenta como um estudioso desta pedagogia.

No segundo capítulo, o autor nos relata que a Pedagogia Histórico-Crítica, ancora-se nos princípios socialistas que busca instrumentalizar o sujeito para efetivar a educação e assim defender uma escola de cunho igualitário para todos. Nesta perspectiva, a luta de classes na escola dependeria da militância dos professores até mesmo porque durante toda a vida escolar estamos envolvidos nessas lutas de classes.

Neste capítulo ainda, o autor aborda a questão da formação dos professores que no seu ponto de vista essa formação tem acontecido de maneira precária, havendo uma produção em grande escala de certificados, mas com falhas e várias lacunas.

No terceiro capítulo, Duarte afirma que a psicologia histórico-cultural, durante os anos, vem contribuindo para o trabalho educativo dos pedagogos e que seus avanços se dão por meio histórico e cultural conforme os avanços da própria sociedade. Aponta que, mesmo existindo essa alienação, o ser humano é visto como mediador do seu psiquismo. Portanto, a educação, a cultura e a produção historicamente acumulada constituem meios para o desenvolvimento da humanização. Dessa forma, a Pedagogia Histórico-Crítica poderá colaborar para que o sujeito consiga um melhor desenvolvimento psicológico e a partir disso ser capaz pensar livre e racionalmente.

No quarto capítulo, o autor apresenta críticas aos conteúdos escolares que estão “prontos e acabados”, considerados como coisas mortas, inerentes, desconectados da vida dos alunos. Essa perspectiva descentraliza o caráter ativo da aprendizagem, inserindo, então, características de um ensino conteudista para a educação. Assim, segundo Duarte, a Pedagogia Histórica-Crítica defende de fato que os indivíduos tenham o direito de se apropriar dos conteúdos científico, artísticos e filosóficos a fim de promover um senso crítico nos educandos e garantir essa plena formação psíquica, conforme o pensamento de Vigotski.

No quinto capítulo, o pesquisador esclarece bem a visão que Vigotski tinha em relação à arte e à vida cotidiana. O pensamento do autor russo era de que a arte não retratava a emoção do indivíduo que a produziu, pois não tinha a finalidade de expor e contagiar com o que o artista sentia, mas sim demonstrar que, através da arte, havia as mais diversas formas de expressar o que se sente na contemporaneidade, buscando ao máximo refletir a realidade vivida trazendo a emancipação humana. De acordo com Duarte, essa visão de arte e vida cotidiana está totalmente ligada à interpretação da vida que ocorre não pelo que observamos exteriormente e sim pelo que internalizamos daquilo que observamos.

No sexto capítulo, Duarte relata que a Pedagogia não deve ser somente um método de ensino ou um passo a passo a ser seguido. De acordo com o autor, os conteúdos devem ser formulados pela concepção de mundo, ou seja, da realidade de sua sala de aula. Uma das coisas que mais me chamou atenção neste capítulo é quando o autor trata do que ocorre no meio educacional, pois, segundo ele, “ensinar não é educar”, uma vez que essa perspectiva decorre simplesmente da visão distorcida que a grande maioria dos profissionais da educação tem sobre a própria profissão. Portanto, observamos que há uma contradição nessa fala porque desde o momento que se aplicam os conhecimentos científicos o professor está promovendo a educação, logo o tempo que o aluno passa na unidade escolar, com todas as ações que envolvem, está ligado à educação e sua casa deverá ser uma continuidade dos momentos de aprendizagem.

No sétimo capítulo, o autor aborda de modo geral a relação entre a liberdade e o conhecimento escolar dentro da perspectiva histórico-crítica, cuja função é ampliar para orientar o trabalho com os conteúdos escolares. Para Duarte, a instituição social deve favorecer esse processo e a condução dos alunos, pois só assim as pessoas estarão em condições de se apropriar dos mais variados tipos de conhecimentos.

O livro discute as condições que propiciam a efetivação do sujeito na sociedade de maneira que a arte, o conhecimento e os métodos de ensino, possa promover plenamente o desenvolvi-

mento do educando, a fim de torná-los sujeitos pensantes, capazes de tomar suas próprias decisões de maneira coerente.

Exercer seu papel social dentro da sociedade está intimamente ligado ao conhecimento que é recebido. Um sujeito que recebe uma educação de qualidade tem a possibilidade de se tornar crítico e pode desenvolver uma concepção de como proceder no meio que se vive. Certamente esse indivíduo poderá colaborar e muito para o funcionamento da sociedade. Portanto, a luta de classe vem favorecendo essa conquista.

O livro é de fato extremamente bem elaborado porque colabora para a formação do professor-educador no sentido amplo, uma vez que contribui para despertar a criticidade em relação aos currículos escolares. Além disso, uma educação de qualidade é direito do educando. Segundo o autor, isso não vem sendo estabelecido nas escolas.

Por se tratar de um livro crítico e esclarecedor, é recomendado ao público que se identifica com a teoria vigotskiana. Um dado curioso sobre a obra é a escolha do título. O autor conta que o definiu quando contemplou no quarto capítulo a ideia de um currículo morto, incapaz de tornar os alunos pensantes e críticos.

Apesar de sua importância, é preciso alertar que o livro tem uma linguagem complexa e técnica, exige que o leitor tenha algum conhecimento prévio sobre a teoria de Vigotski e sobre a luta de classes, tornando a leitura árida para o iniciante.

RESENHA DO LIVRO ESTRATÉGIAS DE LEITURA: REFLEXÕES SOBRE O ATO DE LER NO ENSINO SUPERIOR

TEIXEIRA, Nilcenéia Souza¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari (orgs). **Estratégias de Leitura: reflexões sobre o ato de ler no ensino superior**. Tubarão, SC: Copiart/ Leitura nas Licenciaturas, 2017, 132p.

O livro *Estratégias de Leitura: reflexões sobre o ato de ler no ensino superior* é uma alternativa metodológica para educação literária para as crianças e jovem.

Em quatro artigos, duas pesquisadoras conceituadas Renata Junqueira de Souza (Livre-docente e professora da UNESP - Presidente Prudente) e Berta Lúcia Tagliari Feba (doutora em Letras, professora da Faculdade de Presidente Prudente e da rede pública de ensino do Estado de São Paulo) mostram o trabalho voltado para a leitura no ensino superior. A obra consiste em uma coletânea que conta com uma apresentação das autoras, um prefácio e mais quatro capítulos.

No prefácio, Rildo Cosson afirma que a leitura é essencial não só para alunos do curso superior, mas também para as crianças. Cosson mostra que as estratégias de leitura vão além do ato de decodificar, até pela força de seu papel na formação do leitor de todas as idades, pois o ato de ler amplia os horizontes do sujeito leitor. Segundo o autor, os capítulos do livro “traduzem propostas com duplo papel de aprendiz e do professor que os alunos de licenciatura precisam necessariamente encarar, ou seja, devem aprender pensando em como ensinar” (p.11).

O primeiro artigo foi escrito por Kenia Adriana de Aquino

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente (nilceneiasouza@hotmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

Modesto- Silva e Anny Caroline Gonçalves Ramos. Nele, são apresentadas descobertas e pesquisas sobre a leitura no Brasil. Segundo as autoras, dados revelam que a competência leitora é ainda “mérito frágil” entre as crianças e jovens brasileiros que gostam de ler. Para elas, a leitura deve servir para atrair e despertar do interesse da criança e do jovem para sua educação literária. Deve ser vista como um processo que se caracteriza pelo conhecimento prévio que o leitor adquire ao longo da vida em diversos níveis linguísticos.

No segundo artigo, Vânia Kelen Belão Vagula, Silvana Ferreira de Souza Balsan e Irando Alves Martins Neto mostram que, no curso superior, o comprometimento, a participação em uma atenção especial, pois a leitura está em processo constante com a construção e as relações interpessoais do docente, que são indispensáveis para que os métodos referentes à leitura utilizados cumpram seus objetivos, isto é, ensinar o leitor a compreender e questionar os textos.

No mesmo artigo, os autores discutem a questão do ensino de aprendizagem na sociedade, pois é estabelecida direta entre a ação de ensinar e aprender na construção do conhecimento durante todo o período de estudo. Por isso, é necessário que o leitor tenha acesso a propostas de leitura que desafiem o sujeito para que ele consiga utilizar suas estratégias em assumir um papel ativo no ato de ler.

O terceiro artigo, escrito por Renata Junqueira de Souza, Fernando Teixeira Luiz e Ana Laura Garro dos Santos, apresenta pesquisas que revelam a tendência de trocar os livros tradicionais por livros ou textos digitais, conhecido de todos em razão do avanço de tecnologia. Segundo os autores, os recursos tecnológicos devem ser aproveitados dentro e fora da sala de aula, mesmo que a escola não tenha recursos, a maioria dos jovens tem seus smartphones, tablets e computadores.

Souza, Luiz e Santos apontam que o perfil dos jovens leitores brasileiros revela uma mudança significativa entre os jovens que em gerações anteriores só liam os livros e obra cobrada pela es-

cola. Nos dias atuais, os jovens leem sites, blogs, redes sociais e e-mails. De acordo com os autores, é possível observar uma insatisfação geral dos professores em relações às práticas de leitura dos estudantes. Para os docentes, os alunos fazem leituras aligeiradas e superficiais nas redes de interação pela internet e se limitam às leituras obrigatórias das disciplinas (apostilas e resumos de textos).

Falta-lhes intimidade com o conhecimento socialmente construído pela humanidade, falta-lhes vocabulário, informação e formação. Isso resulta, quase sempre, na péssima escrita. A leitura pertinente destaca a importância de valorizar o ato de ler como “instrumento de mediação” com o mundo.

O quarto artigo foi escrito por Alberto Albuquerque Gomes, Elianeth Dias Kanthack Hernandes, Gislene Aparecida da Silva Barbosa e Carlos Eduardo Duarte Peinado. Nesta parte, há uma discussão sobre o processo de sumarização, ou seja, sobre a capacidade de síntese daquilo que lemos e para que isso seja possível, é necessário aprender o que é essencial aprender o que é essencial em um texto, separando o que é detalhe. Saber o que é essencial é necessário para termos mais condição de garantir as ideias que entendemos as principais de um texto. Além disso, essa estratégia está ligada à finalidade e aos objetivos da nossa leitura.

Segundo os autores, quanto mais claro estiver esse objetivo, melhor as chances de identificar o que é essencial e para que seja possível atingir a finalidade preestabelecida para leitura. As estratégias da síntese consistem em resumir as ideias principais de um parágrafo um texto, planejá-las e defini-las por meio da realização de leituras não tão complexas para depois oferecer leituras mais profundas, que exigem um nível maior de compreensão da leitura.

Os autores afirmam que devem ser criadas propostas que visam ao apoio e à inspiração dos estudantes dos cursos de Pedagogia e de Letras, no sentido de incentivá-los a utilizar as estratégias de leitura, para ler, qualificando o futuro professor de língua materna como leitor proficiente de leitores nas escolas básicas.

A obra é muito relevante para os professores que trabalham para orientação de leitura e precisa mediar o processo de apren-

dizagem, facilitando a obtenção, sem esgotar as possibilidades de aprendizagem oferecidas pelo texto e mostrar interesse de ensinar as estratégias de compreensão. Nos faz questionar o porquê da validade de ler um livro. A coletânea também conduz a percepção de que ler é essencial para estudar. Mostra como é útil elaborar esquemas e resumos sobre o texto, anotar as dúvidas, reler o texto e também ler outras para colaborar com a aprendizagem importante também que o aluno saiba o que precisa desejar aprender.

Podemos observar que própria definição da leitura apresentada envolve bem mais que o simples processo de decifração e compreensão, diferentemente da concepção tradicional de leitura como reconhecimento de letras e palavras.

RESENHA DO LIVRO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VALORES NA ESCOLA: BUSCANDO ESPAÇO, INVESTIMENTO EM NOVOS TEMPOS

PALMA, Marilza Cardoso da¹
HENRIQUE, Marta A. B.²

BONATTO Dalva Maria Bianchini B.; CARVALHO, Maria B.S. da Silva(orgs.). **Educação Ambiental e valores na escola (recursos eletrônicos)**: buscando espaços, investigando em nossos tempos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

Educação Ambiental e valores na escola (recursos eletrônicos): buscando espaços, investindo em nossos tempos é fruto de experiências de um projeto de extensão realizado em 2013, envolvendo dois ciclos de estudo de 30 horas cada. Os ciclos têm por objetivo trabalhar com os professores de ensino básico que lecionam diferentes disciplinas com o tema “educação ambiental e valores”.

Esta obra está organizada em duas partes: na primeira, o conteúdo refere-se ao relato construído pelos professores dos quatro subgrupos de trabalho, a partir das propostas de ensino que cada subgrupos elaborou e desenvolveu com seus alunos e na segunda parte, os coordenadores e alguns dos pós-graduandos apresentaram alguns focos mais específicos de reflexão teórica construída a partir dessa experiência. A coletânea foi organizada por Dalva Maria Bianchini Bonatto Doutora em Educação e professora da UNESP- Rio Claro e Maria Bernadete Santi da Silva Carvalho Doutora em Geografia e professora da UNESP.

No primeiro capítulo, as professoras Débora Aparecida de Souza, Andreia Cristina Seco Perassoli, Cristina Magalhães Bessaco, Geovana Soares Cíntia, Gisele Lima de Oliveira, Talita Cardoso Du-

¹ Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

arte Barbosa, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentaram atividades desenvolvidas a partir de um projeto que tem sido realizado em várias escolas da rede municipal do Rio Claro, envolvendo a coleta de óleo usado para reciclagem. Apresentam os esforços realizados para explorar de forma significativa os conteúdos que se articulam a proposta de recolhimento do óleo de modo que o projeto não se tornasse esvaziado e projeto buscou conscientizar as crianças para que não fosse descartado o resíduo de maneira inadequada no ambiente.

No segundo capítulo, Nayara Rafaela Vida, Thais Cristiane Degarpin e Mariana Nardy se voltaram para a questão energética, com a preocupação de resgatar é construir novos valores. O projeto de extensão oferecido pela Universidade Paulista (UNESP) sob o tema “Educação Ambiental e o trabalhos com valores” foi elaborado para oferecer embasamento teórico e com parte de sua estrutura, também foi criado um projeto de ensino envolvendo a temática trabalhada.

De acordo com as autoras, tal projeto visou contemplar essas diferentes dimensões e conhecer as fontes energéticas em uma linha de tempo a fim de promover a participação de um debate abrangendo diferentes posições valorativas com o intuito de encaminhar os alunos a uma reflexão possível de possibilitar uma ação diferente coerente. Assim, poderiam gerar um movimento de transformação e para diminuir os níveis alarmantes degradação e a qualidade do ambiente no Planeta Terra.

No terceiro capítulo, Adriana de Oliveira, Alessandra Pedrassi, Valderir Romão da Silva, Maria Andresa da Silva e Elisa Rocy Carlin mostram resultados de um projeto formado por oito professoras. Neste, foram organizadas as atividades por professores trabalharam questão ambiental, abarcando discussões sobre os problemas que a sociedade enfrenta. Então, foi feita uma separação: um grupo trabalhou a questão pelo enfoque energético e o outro pela geração dos resíduos sólidos e as consequências do consumismo que se relacionam os impactos ambientais e sociais. O projeto, de acordo com os autores, constitui uma crítica a todos nós com intenção de que promover a reflexão sobre suas ações

atuais e futuras.

O quarto capítulo apresenta uma proposta desenvolvida pelos professores do Ensino Médio acerca da Educação Ambiental: Leni Lara Vigor, Jorge Benedito de Oliveira, Dayane dos Santos Silva. Neste grupo, havia professores de Filosofia, Sociologia, Química, Geografia que juntos planejaram um projeto coletivo. Este projeto durou oito aulas de maneira que a participação de todos foi essencial. As discussões realizadas nos ciclos de estudo giraram em torno do atual padrão sociedade-natureza para observar até que ponto essa relação é “objetificada”, tornando-se um objeto destruído de valores que não os utilitários. As apresentações estavam embasadas nas ideias de Aristóteles. Segundo os autores, os alunos que não conheciam as questões com complexidade, por isso se tornou interessante correlacionar as abordagens à definição aristotélica de “Alma”, de modo a contextualizá-la no que diz respeito à natureza.

No quinto capítulo, Cristiane Magalhães Bessaco teceu suas reflexões sobre articulação entre Educação Ambiental e Educação Infantil. Segundo a autora, essas articulações são pouco exploradas, por isso a autora da Educação Infantil procurou esse nível escolar. A autora aponta que é altamente necessário que a criança seja exposta às sensibilidades com problematização ambiental no contexto escolar desde os primeiros anos. Assim, desde o desenvolvimento de sua linguagem oral, a criança é capaz de participar e manifestar os valores.

No sexto capítulo, Mariana Nardy e Thais Cristiane Degaspesi direcionam as discussões pelas inter-relações locais e globais que se estabelecem na atualidade para a formação para a cidadania. O objetivo educacional da proposta curricular no nosso país passa a ser significativo quando implica em desafios para o trabalho dos professores. Segundo as autoras, sem dúvida, a formação continuada proporciona momentos de reflexão e apropriação prática docente. A construção de novos saberes e o compartilhamento de experiências para os profissionais podem atuar na busca de diferentes caminhos para o fortalecimento das relações entre sociedade e natureza.

No sétimo capítulo, Lisiane Abruzzi de Tragor apresenta uma parte de sua pesquisa de mestrado realizada em articulação como projeto de extensão. A pesquisa conta com um recorte de uma investigação maior, em que se envolve o projeto de extensão. A autora estabelece uma relação com os professores que acompanham em sua pesquisa, valorizando a dimensão é os conhecimentos no ambiente escolar. Uma prática pedagógica com foco nas relações com o outro, ou seja, humano ou não humano .

Por fim, no oitavo capítulo, Thalita Jordão, Maria Bernadete Senti da Silva Carvalho e Dalva Maria Bianchini Bonatto fazem uma reflexão sobre as questões que permearam as atividades dos projetos desde sua criação. São apresentadas as dificuldades encontradas pelos professores durante a implementação, lembrando que os projetos de ensino implicam no fator tempo, que geralmente tem se constituído como elemento impeditivo para a realização completadas dos trabalhos idealizados e planejados. Segundo as autoras, mesmo que os professores tentem de alguma forma articular os projetos elaborados, ao longo da formação, como o currículo do Estado de São Paulo é obrigatório, existe a pressão do tempo exigido o encerramento de seus projetos, pois não podem deixar de trabalhar com os demais tópicos do conteúdo previamente estipulados.

De modo geral, a obra é bastante válida é indicada para todas as licenciaturas porque mostra como os professores trabalharam de uma forma viva a pesquisa colaborativa, sendo assim uma obra interdisciplinar. O livro é estruturado com base em dados em pesquisa sobre o Meio Ambiente e contribui como um exemplo vivo de uma experiência de extensão universitária. Além disso, aborda com clareza conceitos acadêmicos que devem ser compartilhado com toda a sociedade. Deve ser lido por professores dos diferentes níveis de ensino e também por graduandos e pós-graduandos em licenciatura.

RESENHA DO LIVRO ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA AULAS CRIATIVAS

MANEA, Laíse Ribeiro¹
HENRIQUE, Marta A. B.²

MIRANDA, Simão de. **Estratégias didáticas para aulas criativas**: Campinas, SP: Papirus, 2016, 127p.

Simão de Miranda é Pós-doutor em Educação, Doutor em psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Mestre em educação na área de formação e trabalho pedagógico, especialista em didática do ensino superior e em administração escolar, conta com vasta experiência como educador. Seu livro *Estratégias Didáticas para aulas criativas* traz um amplo roteiro de como percorrer de modo significativo e específico as diferentes mutações que sofrem não só os alunos em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, mas também os professores em seu processo de ensino constituindo e estruturando conceitos acerca dos desafios da vida profissional escolar.

A obra está inteligentemente organizada em um prefácio informativo onde detalha e caracteriza importantes aspectos fundamentais do pensamento do autor, quatro capítulos bem fundamentados e sistematizados que juntos conduzem o leitor a repensar sua prática pedagógica e um robusto epílogo que elucida a íntima relação do autor com a prática educativa.

Simão de Miranda fundamenta-se em uma perspectiva teórica que busca restaurar a prática didática contemporânea aprisionada ao marasmo considerando as evidentes deficiências da educação brasileira em múltiplos aspectos, por uma didática atrativa e progressiva que compreenda a aprendizagem como um processo

¹ Discente em Pedagogia pela Faculdade Presidente Prudente. (lais.ribeiromanea16@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

subjetivo interpretado pelo aluno. Para tal, o autor apresenta cinco tipos de estratégias didáticas que, segundo ele, contribuirá na captação sistêmica dos conhecimentos adquiridos em sala de aula em fusão a concentricidade cotidiana dos alunos.

No primeiro capítulo, Miranda traz uma profunda reflexão sobre a subjetividade no campo da educação, investiga como o aluno se relaciona e interpreta os conhecimentos recém adquiridos e persevera afirmando que a maneira de atuar do professor deve motivar e instigar o interesse do aluno tanto individualmente quanto coletivo para que haja uma assimilação satisfatória dos conteúdos. Nessa perspectiva, a subjetividade individual dos alunos, considerando suas experiências e caracterizando-os como sujeito histórico, não promoverá um diferente resultado dos que já se tem, se o foco do professor estiver voltado apenas a aprendizagens condizentes com o conteúdo trabalhado. Segundo o autor, faz-se necessário por parte do professor uma minuciosa observação aos conhecimentos comuns e íntimos que constituem a essência natural do sujeito. O papel do professor é primordial para o desenvolvimento do aluno, cabe a ele ampliar os conhecimentos e habilidades relacionando o novo aprendizado com as experiências cotidianas reestruturando as cognitivamente as capacidades de aprender e se desenvolver.

No segundo capítulo, o autor apresenta “O sistema didático integral”, o trabalho pedagógico criativo e a aprendizagem criativa que, segundo Miranda, produzirão um melhor aprender. O sistema didático integral constitui-se por estabelecer novidades no trabalho pedagógico e, por conseguinte, os processos de aprendizagem dos alunos também terão apropriações significativas do que está sendo ensinado. O Trabalho Pedagógico Criativo consiste em como será desenvolvida essa novidade pelo professor inserida no sistema didático integral. De acordo com Miranda, essa metodologia transformará não somente o aprender, mas principalmente o ensinar, denominando essa nova prática de Trabalho Pedagógico Criativo.

Por último, disserta sobre como aprendizagem criativa das estratégias específicas ministradas pelos professores a fim de que ocorra a personalização de conteúdos pragmáticos em conteúdos

eficazes que alcancem as metas propostas, resultando em um novo tipo de aprendizagem. Essas estratégias específicas são apresentadas neste livro por Miranda, a partir das perspectivas de Amaral e Martinez, que acreditam que é necessário favorecer a criação de maneiras para que os estudantes consigam transformar os conteúdos de modo particular, promovendo condições para que possam ampliar os conhecimentos apresentados, formulando novos conceitos, tornando-os ativos no processo de aprendizagem.

Diante do exposto, o autor discorre detalhadamente no próximo capítulo sobre a diversidade de metodologias inovadoras e criativas para uma melhor qualificação docente. Assim, o terceiro capítulo aponta e detalha um vasto cardápio de metodologias criativas elencando estratégias didáticas generosamente restauradas ajustando-se como norteadores para os vários níveis de profissionais que abrangem a complexa tarefa de não somente como trabalhar em sala de aula, mas também de como transformar uma atuação entediante em uma atuação que favoreça a aprendizagem qualitativa dos alunos em diferentes contextos, com sucessivas adaptações, a fim de torná-los aptos a interagirem com autonomia e potência cognitiva cada vez mais expandida.

Daí a constante motivação do autor em desenvolver, estrategicamente falando propostas criativas para um trabalho pedagógico objetivo e prazeroso favorecendo o envolvimento dos alunos no aprendizado. Esse conjunto de estratégias se divide em cinco situações, sendo: promoção o conhecimento entre os alunos da turma; exploração dos conteúdos; avaliação da aula, disciplina ou curso e docente e discente; a avaliação para aprendizagem; e avaliação os momentos específicos.

Para finalizar, Miranda apresenta no quarto capítulo as experiências reais em sala de aula por ele ministradas que trouxeram expressivos resultados considerando a diversidade das circunstâncias e contextos. Essas experiências estão pautadas nas perspectivas conceituais sistema didático integral, no Trabalho Pedagógico Criativo e na Aprendizagem Criativa que se tornaram indissociáveis na construção do repaginado trabalho docente e da integralidade discente, formando, assim, uma educação transformadora necessária ao coti-

diano escolar e ao cenário fragmentado em que hoje vivemos.

Em síntese, o livro traz uma sofisticada estrutura com base num conjunto concreto de fatos e elementos que contribuíram para esta primorosa produção, a qual auxiliará diferentes profissionais na área da educação de como se posicionar de maneira lúdica sobre melhores práticas pedagógicas claramente expressas e escritas em uma linguagem amigável e compreensível.

Miranda por meio de suas próprias experiências apresentou minuciosamente que a uniformidade não pode ser entendida como facilitadora da aprendizagem e contrariamente esta possibilidade o autor se apoia na diversidade metodológica para a promoção de um trabalho pedagógico que garanta uma aprendizagem significativa. Pode parecer que assim o educador terá mais trabalho e precisará de mais tempo para colocar em prática suas ações, mas os leitores poderão perceber que o ensino e a aprendizagem dinamizada, desenvolvidas por meio dessas estratégias didáticas, estabelecerão suporte para que as aulas criativas se tornem também cada vez mais produtivas.

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO: ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL.

BARROS, Karina Martin¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

CATSAMBAS, Jessie Tzavaras, *et al.* **Avaliação do investimento social privado: estratégia organizacional.** São Paulo: Moderna, 2015. 124p.

A obra *Avaliação do investimento social privado: estratégia organizacional* consiste em coletânea de textos organizada em uma apresentação e sete capítulos. É fruto de uma terceira edição de “Seminário Internacional de Avaliação do Investimento Social Privado” que teve por objetivo estimular e qualificar a estrutura avaliativa de fundações e institutos. O livro mostra como as avaliações podem fortalecer as organizações e seus projetos, e possibilitar maior efetividade para o público alvo.

A obra é de autoria coletiva e conta com os seguintes nomes: Jessie Tzavaras Catsambas (bacharel em economia e ciência política e mestre em políticas públicas pela universidade de Harvard), Patrícia Rogers (doutora em educação pela universidade de Melbourne, professora de avaliação do setor público da RMIT university), Rogério Seliva e Daniel Brandão (doutores e sócios-fundadores da Move), Monica Dias Pinto (mestre em educação pela PUC), Rosalina Maria Soares (mestre em avaliação educacional), Geraldine de Araújo e Silva (mestre em antropologia), Thomaz Chianca (doutor em avaliação), Antônio Baro Bresolin, Carlos Eduardo Garrido, Ana Lúcia Silva (graduada em economia), André Degenszajn (Bacharel e mestre em relações internacionais), Elis Regina de Moraes Coelho, Jair de Almeida Junior, Kuala Ribeiro, Simone Monteiro.

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente (karinamartin2017@outlook.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

No primeiro capítulo, Jessie Tzavaras Catsambas aborda as estratégias avaliativas que dão impacto positivo às organizações. Ela se preocupa em descrever os caminhos que podem fazer com que as organizações se tornem mais inteligentes, por meio do monitoramento e a avaliação. A autora utilizou da criação de um mapa de resultados para ilustrar os resultados obtidos, estes servem também para identificar parceiros, distinguindo o papel de cada um. Além disso, faz com que se identifique o modo de se influenciar os “parceiros” encontrados, a partir da definição das prioridades.

No segundo capítulo, Patrícia Rogers mostra como podem ser melhoradas as estratégias organizacionais utilizando avaliações. Normalmente as avaliações são focadas em programas e projetos, algumas vezes em estratégias organizacionais com o uso da avaliação para desenvolver estratégias e melhorar as existentes. A autora analisa também de que modo as avaliações podem ser empregadas nas etapas do planejamento, na implantação dos programas e projetos, bem como as tarefas que são envolvidas no processo avaliativo e algumas questões que são importantes para a sua utilização no desenvolvimento e a melhoria das estratégias organizacionais. A autora faz uso de sua experiência de 30 anos de trabalho com avaliação e pesquisa social para desenvolver esse artigo.

No terceiro capítulo, Rogério Silva e Daniel Brandão mostram a potência das avaliações para definir estratégias organizacionais. Eles têm a intenção de responder a duas perguntas que dizem respeito à maneira como as organizações podem fazer escolhas e estratégias melhores. A primeira pergunta é “o que permite a uma organização, posições de legitimidade, relevância e êxito na sociedade?” (p.33), seguida da segunda pergunta: “em que medida as práticas de avaliação se relacionam com os processos de formulação estratégica?”. Para respondê-las, os autores se utilizam da experiência de 15 anos de consultoria. Escrevem sobre as relações entre avaliação e estratégia organizacional. As questões levantadas foram respondidas ao longo do capítulo.

O quarto capítulo é escrito por vários autores: Mônica Dias Pinto, Rosalina Maria Soares, Geraldine de Araújo e Silva e Thomas Chianca. Nesse texto, relatam como se faz para incentivar

uma cultura avaliativa que propicie decisões estratégicas sobre os projetos. A Fundação Roberto Marinho tem somado esforços para responder a questionamentos em relação às estratégias por meio do desenvolvimento de uma cultura de avaliação envolvendo profissionais das diferentes áreas gestoras de projetos. A Fundação Roberto Marinho é citada porque tem relatos utilizados como exemplo de uma instituição privada.

O quinto capítulo apresenta o conceito de avaliação e estratégias organizacional nesse sentido. Nele, é mostrada a experiência da Fundação Itaú Social, que também procura por estratégias de avaliação para a empresa, porém essas são inspiradas em acontecimentos do Banco Itaú. Esse capítulo é escrito por Antônio Baro Bresolin e Carlos Eduardo Garrido.

O sexto capítulo, escrito por Ana Leticia Silva e André Degenszajn, mostra as propostas do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) para qualificar a avaliação do investimento social privado. O texto trata da importância da avaliação e das perspectivas de ações em conjunto com os associados da GIFE. Esse tema vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil ao longo dos últimos 20 anos. É através da avaliação que ele vai saber o andamento da empresa. Segundo os autores, a avaliação de programas sociais é considerada pelo GIFE um dos pilares para o fortalecimento e ampliação da legitimidade do investimento social privado brasileiro e, por isso, as práticas avaliativas foram adotadas por Ana Leticia Silva e André Degenszajn e como estratégias para os próximos anos.

O sétimo capítulo relata o desafio da estratégia organizacional da sociedade civil, foi escrito por Elis Regina de Moraes Coelho, Jair de Almeida Júnior, Karla Ribeiro e Simone Monteiro. Os autores relatam o percurso de uma organização sem fins lucrativos no uso de práticas de avaliação para estruturar seu trabalho e trazer viabilidade às necessidades que são desenvolvidas, utilizando-se de relatos do instituto “Abraço do Tigre”.

Por fim, pude concluir que as estratégias organizacionais são de extrema importância para as empresas (organizações), sendo elas instituições privadas ou sem fins lucrativos. A obra pode ser

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO: A ATIVIDADE DO JOGO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA

FERREIRA, Ivete Julia¹
HENRIQUE, Marta A. B.²

NUNES, Rodrigo Lima, VIOTTO FILHO, Irineu A. Tuim. **A atividade do jogo e suas implicações para o desenvolvimento da consciência da criança na escola.** Curitiba: CRV, 2016.

O livro *A atividade do jogo e suas implicações para o desenvolvimento da consciência da criança na escola* é resultado do encontro de dois pesquisadores. A obra está organizada em introdução e cinco capítulos bem fundamentados. O livro tem como proposta defender o jogo numa perspectiva histórico cultural como importante instrumento de atuação no campo educacional infantil

A autoria é de Rodrigo Lima Nunes, Mestre em Educação pelo programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Licenciado em Educação Física (UNESP/Presidente Prudente) e de Irineu A. Tuim com Pós – Doutorado em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano pela University of Bath.

O primeiro capítulo mostra como a atividade do jogo na educação torna – se elemento fundamental, trata-se também de uma atividade social importante no desenvolvimento infantil. A entrada da criança na escola gera um processo de relações sociais. Segundo os autores, é um momento de mudanças, pois por meio da brincadeira a criança poderá desenvolver a capacidade de compreender o mundo para estabelecer trocas que, por sua vez, darão à criança a oportunidade de assumir diversos papéis, isto é, colocar-se no

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente (erika.continental@hotmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

lugar do outro a partir da construção de regras.

Os autores consideram que por meio da brincadeira, o professor estará oportunizando a cada criança crescer dentro das suas potencialidades individuais e sociais. As atividades do brincar é da efetivação das ações construídas no processo da atividade de jogar com o outro e possibilitam a construção do conhecimento. Nunes e Tuim adotam no trabalho a perspectiva de Vigotsky, para quem a brincadeira deve ser entendida como uma realização da imaginação. A imaginação é o novo que está ausente na consciência da criança. O fato, portanto, da presença das regras e da situação imaginária nos jogos não se faz casual na infância, ela se assenta justamente na emancipação em relação aos desejos realizados.

No segundo capítulo, os autores se baseiam em Marx. Com base nesta concepção, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas privações para os trabalhadores. Sobretudo pela riqueza com que se trata o tema alienação dentro das escolas, considerando que é na infância que a criança reconstrói as relações sociais vivenciadas em seu cotidiano a partir dos jogos, no sentido de “viver” experiências do mundo adulto em suas atividades. De acordo com Nunes e Tuim, o professor, ao trabalhar com as crianças, assume a importante tarefa na criação de possibilidades efetivas de desenvolvimento humano na escola. A atividade humanizadora do gênero humano tem se efetivado às custas da maioria dos homens. Essa grande maioria contribui para o desenvolvimento do gênero humano e apropriação dessa genericidade pela maioria tem sido cada vez mais infinita.

Ainda no segundo capítulo, os autores afirmam que a sociedade capitalista produz possibilidades de desenvolvimento e ao mesmo tempo impede que esses benefícios sejam usufruídos por toda a sociedade. Todo esse processo alienado faz com que o trabalhador se torne mais pobre quanto mais riquezas produz, tornando – se uma mercadoria barata. O trabalhador está sendo desvalorizado e impedido de se apropriar do que produz. A formação da consciência de uma forma fragmentada. Tudo que é produzido pelo homem, fica limitado e é usufruído por só uma parte da sociedade, isto é, aqueles que detêm o capital.

No terceiro capítulo, os autores afirmam que a brincadeira consegue estar acima do seu nível afetivo de desenvolvimento, o que de fato contribui sobremaneira para o seu desenvolvimento e a construção de sua consciência. Sendo assim, essas relações entre o sentido e significado na brincadeira também se fazem enquanto questão, sobretudo para entendermos a formação das consciências a partir das relações sociais.

No quarto capítulo é apresentado o problema da pesquisa e seus objetivos, bem como a metodologia aplicada e os procedimentos idealizados para a obtenção de dados e a forma como o grupo GEIPEE – thc realiza suas intervenções. Os autores levam em consideração os aspectos importantes das atividades do jogo para o desenvolvimento da criança e sua integração com o processo de formação individual como cidadão, como essa relação ocorre levando em consideração o fato das relações sociais capitalistas e o motivo que criam a atividade do brincar.

O quinto capítulo apresenta os dados coletados durante a pesquisa realizada pelo grupo GEIPEE – thc, além de relatos das ações empreendidas e as falas das pessoas que participaram das pesquisas. Foram analisados os dados específicos fruto de intervenções implantadas pelo GEIPEE – thc. O projeto, segundo os autores, tem por objetivo identificar como ocorriam as relações dentro da escola, sobretudo a relação professor – aluno e aluno – aluno. Essas pesquisas foram realizadas em todo o ambiente escola. As observações ocorreram durante os intervalos, aulas regulares, em sala e na quadra de esporte onde o pesquisador acompanhou e registrou as observações feitas. A coleta de dados ocorreu com o professor possibilitando e aplicando atividades pedagógicas realizada com os alunos desde o ensino da matemática, das letras como também na realização de jogos coletivos na quadra de esportes.

Durante as atividades, os autores identificam conflitos relacionados à questão de gêneros, como exemplo: “uma menina que é aluna deveria dar a mão para um menino, e esta afirmou que não gostava de segurar a mão de menino”. A intervenção foi feita com o mestre pedindo para que os alunos imitassem a algum comando referente ao papel social ou ação das pessoas. Durante as

observações, é identificado o quanto tais situações de alienação evidenciam – se nas brincadeiras de forma geral e especialmente na brincadeira de representação dos papéis sociais.

A obra é indicada a profissionais da área docente e discentes da área de Pedagogia e Educação Física, sendo de linguagem acessível para esses profissionais e contribui para o aperfeiçoamento dos mesmos para o comportamento dos indivíduos durante o jogo e a brincadeira.

FORMANDO UM LEITOR

RODRIGUES, Rosemari Borges ¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

SOUZA, Renata Junqueira de: FEBA, Berta Lúcia Tagliari (org). **Mediação de Leitura: espaços e perspectivas na formação docente**. Tubarão, SC: Copiart, 2017.119p.

O livro *Mediação de Leitura: espaços e perspectivas na formação docente* é o segundo de uma série, feito a partir de pesquisas do grupo de Leitura nas Licenciaturas: espaço, materialidades e contextos na formação docente, conta com pesquisadores e professores universitários brasileiros de vários estados. A obra coletiva foi organizada por Berta Lúcia Tagliari Feba (doutora em Letras pela UEM, professora da faculdade de Presidente Prudente e professora do Estado de São Paulo) e por Renata Junqueira de Souza (Livre – Docente e professora da UNESP – Presidente Prudente e coordenadora do grupo de pesquisa Centro de Estudos em Licenciatura Infantil e Juvenil “Maria Betty Coelho Silva”- CELLIJ). A coletânea está organizada em seis seções: uma apresentação das organizadoras, um prefácio e quatro artigos.

No prefácio, Hércules T. Corrêa afirma que todos que lidam com a formação de professores nas Licenciaturas se deparam com jovens estudantes com repertórios culturais nada satisfatórios. Segundo ele, muitos nunca leram um bom livro ou se leram foram leituras fragmentadas. O autor aponta que as universidades também têm sua parcela de responsabilidade nessa formação, pois os professores universitários utilizam de capítulos de livros ao invés adotar obras literárias inteiras.

No primeiro artigo, “Mediadores para além do ambiente es-

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente. (rosemariborgesrodrigues@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

colar: o que nos dizem acadêmicos de Pedagogia e Letras”, Juliane Francischetti Martins Motoyama, Isabele Dias dos Santos e Gabrielle Góes da Silva apresentam informações sobre pesquisas que constataam que a maioria das famílias dos alunos não contribui para o desenvolvimento da leitura dentro de seus lares, pois poucos são leitores e que tiveram uma formação escolar. Assim, os jovens de hoje não têm “hábito” de ler.

Apesar disso, graças à evolução da internet, há uma maior facilidade para o contato com materiais e métodos de leitura que proporcionam maior curiosidade aos adolescentes. São exemplos disso: site como Booktube, em que a linguagem oral é o principal meio de comunicação; o Blog, que parece mais com um diário, onde os leitores podem utilizar de imagens e vídeos e o Skoob que agrega quem ler e conhecer leituras aos que vendem leituras.

Motoyama, Santos e Silva lançam o seguinte questionamento: mediadores de leitura: quem são eles? Para as autoras, a partir de uma formação leitora no período escolar, seria possível termos bons leitores nas salas de aula se todas as instituições pudessem e tivessem condições de levar para dentro das salas de aula autores de livros. Mas geralmente ou o custo é alto ou os autores regionais não são valorizados. Além disso, os bibliotecários da escola geralmente são professores readaptados, não possuem a devida formação para que possam atender os alunos de uma forma qualificada.

De acordo com as autoras, ainda no primeiro artigo, as crianças que desde cedo ouvem histórias contadas pelos os pais, coleguinhas, rodas de contos nas escolas, já estarão desenvolvendo capacidades leitoras e conhecimentos para que na juventude tomem gosto pela leitura. Consideram que a influência de professores e pais é essencial na vida desses futuros jovens.

As autoras apontam que a mediação é algo profundo, que não apenas aproxima os objetos com também transforma por dentro e por fora, nós seres humanos. A mediação muda os comportamentos externos como também interfere nos modos de conceber a atividade psíquica, sendo uma ponte para o desenvolvimento, pois ela é um processo de mão dupla. Segundo elas, não adianta

a instituição ter bibliotecária sem um mediador eficiente para dar vida ao espaço. Por fim, concluem que a formação do leitor é papel da família e da sociedade como um todo.

No segundo artigo, “A biblioteca como espaço de mediação de leitura”, Berta Lúcia Beba, Cinthia Magda Fernandes Ariosi e Marluci Silva Valente afirmam que a biblioteca tem como função contribuir para melhorar formação dos indivíduos, desde que seja um espaço organizado com direito a bons livros, acesso à internet e tenha um bibliotecário sempre disponível e atualizado. Caso contrário, será apenas um espaço decorativo, sem fins próprios. O artigo tem como objetivo apresentar o perfil leitor de universitários em Pedagogia e Letras.

No terceiro artigo, “Clássicos problemas para jovens leitores”, Thiago Alves Valente, Vanderléia da Silva Oliveira e Taisa Andrade de Souza Silva Ribeiro discutem sobre clássicos e cânone literário, termos que não podem ser separados, uma vez que pois um completa o outro. Enfatizam a necessidade de retornar à leitura dos clássicos da narrativa infantil e juvenil.

No quarto artigo, “Trabalho Educativos: mediação desenvolvimento humano e apropriação da literatura”, Paulo César de Almeida Raboni e Rosiane de Fátima Ponce defendem que a escola deve proporcionar e sistematização, a transmissão e a aprendizagem dos elementos da cultura, conforme a teoria de Vygotsky.

Segundo os autores, O “desenvolvimento humano na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural” é um processo muito importante para os professores que atuam desde educação infantil até o ensino médio. Isto porque o desenvolvimento humano passa pelo contato com outros humanos e assim se dá o processo de humanização, conforme a história de cada indivíduo a partir da interação familiar, do social e do espaço escolar. Destacam “os processos de ‘mediações’ no desenvolvimento humano ocorrem no âmbito familiar, social e nos espaços escolares”. (p. 89).

Raboni e Ponce consideram que a leitura e a formação do leitor, constituídos em Vygotsky, são funções psicológicas do desenvolvimento humano, são essencialmente formas de desenvol-

vimento cultural. Desse modo, nas escolas, os gêneros literários, principalmente do eixo narrar, têm um papel essencial para marcar o aprendizado.

Os dados coletados através de pesquisas feitas com licenciandos, principalmente dos cursos de Pedagogia e Letras, nos permitem observar que os alunos do período noturno, por vários motivos, dizem não sobrar tempo para leituras, afetando sua formação, pois já tiveram carência na educação básica, havendo poucas oportunidades de assistir a um bom filme ou ir a um show de música clássica. Na faculdade muitas vezes também não há possibilidades de participar de espaços culturais que possam contribuir para sua formação.

Esta obra é destinada a discutir o papel da medição de leitura no ensino superior. Para isso, mostra quem são os sujeitos responsáveis, os espaços e as influências de leitura do público em estudo. Portanto, a coletânea é relevante porque alerta jovens estudantes de Pedagogia e Letras a tornarem gosto pela leitura propiciando uma formação sólida.

De maneira geral, o livro nos traz a noção de como são importantes do papel da leitura desde o nascimento para formar um adulto leitor. Utiliza uma linguagem bem acessível, objetiva e relata a realidade dos jovens, mostrando que as famílias e a escola têm grande influência na vida dos jovens leitores. Além disso, apresenta de forma muito bem detalhada que uma formação de professores consistente em relação ao ato de ler poderá ter reflexo em sua atividade como profissionais da educação. Por fim, defende que o desenvolvimento só é possível pela aquisição de bons hábitos de leitura.

SISTEMA DE LIDERANÇA ESCOLARES DA INGLATERRA: POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O BRASIL

SANTANA, Érica ¹

HENRIQUE, Marta A. B. ²

INGHAM, Adrian; DIAS, Maria Carolina Nogueira. **O Sistema de formação de liderança escolares da Inglaterra: possíveis alternativas para o Brasil.** São Paulo: Fundação Itaú, 2015, 154 p.

O livro *Sistema de liderança escolares da Inglaterra: possíveis alternativas para o Brasil* é composto de uma apresentação, uma introdução e de três capítulos que tratam das questões da liderança escolares na Inglaterra. A obra apresenta um conjunto de ações, atitudes e comportamentos adotados pelo gestor com finalidade de influenciar um desempenho eficiente das escolas visando alcançar os objetivos educacionais e possíveis alternativas para a melhoria do Brasil.

A obra foi produzida por Adrian Ingham que é formado em Psicologia e foi professor primário na Inglaterra por nove anos até alcançar o cargo de vice-diretor e também diretor e por Maria Carolina Nogueira Dias, professora e pedagoga formada pela Universidade de São Paulo, Mestre em Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas em 2012.

No primeiro capítulo, “O contexto da liderança”, Ingham e Dias relatam que, atualmente, relatórios de pesquisas apontam o sistema educacional inglês está entre os dez melhores do mundo e a também aponta que há uma busca de contínuo aperfeiçoamento das suas políticas educacionais. Segundo eles, países que se esforçam para a constante melhoria na área educacional possuem algumas características em comum que devem ser observadas como:

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente (erika.continental@hotmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

valorização crescente da profissão docente e suporte da família para a educação desenvolvida no ambiente escolar.

Os autores consideram que deve existir bastante interação desses dois universos (o escolar e o familiar), para um bom desempenho escolar. Há quase três décadas a Inglaterra iniciou uma reforma no seu sistema educacional, que teve como ponto de partida a definição de um currículo nacional no final dos anos de 1980. Essa foi uma da primeira etapa de mudança para melhoria do sistema de liderança escolares. Outras medidas foram desenvolvidas ao longo dos anos como, por exemplo, a formação a partir de padrões nacionais para gestão escolar, com o foco no pedagógico e a valorização da carreira profissional, houve um investimento em estratégia de desenvolvimento de lideranças escolares que conferem ao país pioneiro nesse campo.

O segundo capítulo, “A formação de lideranças escolares”, trata das mudanças ocorridas para a melhoria das lideranças dos gestores das escolas da Inglaterra. De acordo com os autores, houve uma mudança fundamental na cultura da gestão das escolas inglesas. Neste capítulo, a experiência inglesa é apresentada para mostrar uma reflexão sobre aspectos do sistema educacional que influenciam tanto na forma quanto na gestão da escola conduzida pelo diretor e sua equipe.

O primeiro movimento mostra uma relação mais direta com escola, com redução do papel dos órgãos encarregados da orientação técnica. Em consequência disso, o poder de decisão sobre aspectos pedagógicos e administrativos passa a ficar concentrado na escola, o que corresponde a uma enorme autonomia de escolha do que é mais adequado para cada unidade escolar. Os autores apontam que esse monitoramento de como as escolas estão se desempenhando, em termos de aprendizagem, é feito por meio de um sistema de inspeção e com a produção abundante de dados, cujos resultados, por sua vez, geram responsabilização dos profissionais que estão à frente dessa gestão.

No terceiro capítulo, “Aperfeiçoamento do sistema”, os autores apontam estratégias de qualificação dos gestores e de que

forma elas se complementaram no processo de fortalecimento do recurso técnico responsável pela gestão das escolas. Vale dar um especial destaque para a concentração de estratégias que colocam a escola como espaço privilegiado de formação.

Ainda no terceiro capítulo é mostrada a relevância da liderança na vida das escolas foi afirmada com a criação do centro de formação de lideranças. Este espaço exerceu um papel de grande valia no desenvolvimento e na implementação da certificação para o cargo de diretor nas escolas da Inglaterra, a Qualificação Profissional Nacional para Diretores Escolares, sendo que até 2012 era obrigatória para os diretores novos. Esta ação conseguiu garantir a formação de diretores que hoje atuam nas escolas. De acordo Ingham e Dias, atualmente a certificação oferecida pelo Centro de Formação é vista como uma excelente preparação para o trabalho prático de comandar uma escola na Inglaterra.

Os autores relatam que se leva entre seis e 18 meses para completar a formação, porque os candidatos precisam completar três módulos de estudos básicos e dois outros módulos optativos e ainda passar por uma avaliação final. Assim, podemos perceber que é inegável o investimento realizado pelo sistema inglês no desenvolvimento de lideranças em todos os níveis escolar. Ao longo do capítulo, os autores mostram diferentes estratégias que contribuíram para a construção de um campo fértil de colaboração entre diretores a partir do mapeamento de lideranças que desenvolvem um trabalho exemplar nas escolas da Inglaterra. Apresentam elementos que mostram o processo de desenvolvimento do sistema de lideranças escolares da Inglaterra, com seus avanços e desafios.

De modo geral, a obra é uma ferramenta auxiliadora que norteia e contribui para o entendimento de como gestores educacionais e todos os profissionais que compõem o ambiente escolar devem ser formados e selecionados, visando atingir os objetivos educacionais. O material ressalta que o sistema de liderança escolar da Inglaterra foi desenvolvido ao longo de décadas, conjuntamente com outras iniciativas que fizeram parte de uma Reforma Educacional pela qual o país começou a passar no final da década de 1980 depois passou por muitas transformações. Observamos

que a obra mostra uma alternativa e serve de exemplo para promover mudanças no desenvolvimento escolar.

O livro retrata experiências da Inglaterra e como o investimento no desenvolvimento contínuo das lideranças escolares pode garantir a melhoria não somente de suas escolas, mas também de todo um sistema educacional. Apresenta um exemplo de desafio diário tanto para a familiar a gestores e educadores brasileiros: garantir a educação de qualidade para todos os nossos jovens e crianças.

Em suma, pela leitura da obra podemos perceber a relevância da qualificação do diretor e seu papel para a promoção de mudanças no o sistema educacional. Pode servir de modelo para o processo de implementação de reformas a fim de favorecer o sistema de ensino brasileiro.

Contudo, cada país precisa buscar elementos em sua própria história, compreender seu presente e resistir à tentação de imaginar que a resposta possa ser encontrada em algum outro lugar, do outro lado do oceano. Ao mesmo tempo, já podemos observar exemplos de como é possível alcançar melhoria da educação, em especial, pelo papel estratégico de gestores. Nesse sentido, esta obra vem clarear o trabalho dos líderes educacionais, sendo esta obra voltada aos mesmos citados.

PERFIL DE PROFESSOR

FERREIRA, Soloni de Fatima¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

FRANCISCO, Rosemeire Braga. **Perfil do professor**. Porto Alegre: Mediação, 2017.80p.

O livro *Perfil do Professor* foi escrito por Rosemeire Braga. A autora é graduada em Letras pela Universidade de São Paulo e em Psicologia pela Faculdade Internacional em Curitiba, mestra em Educação pela Fundação Universitária Ibero-americana, professora na rede municipal de Mogi das Cruzes (SP). A obra está organizada em apresentação, introdução e seis seções, sendo a última uma conclusão. Na apresentação, a autora discute sobre a escolha da profissão para que o leitor seja melhor esclarecido na área da Pedagogia e a vários caminhos a trilhar e possa refletir se esta seguindo a profissão certa.

A autora inicia seu livro com a seguinte pergunta: Ser professor? Segundo ela, vários universitários acabam procurando a profissão de professor por diversos motivos, entre eles estão: salários garantidos, férias prolongadas ou até mesmo por ser um desejo da família, mas poucos jovens se interessam nessa profissão. Assim, quem trabalha demais não tem tempo para pensar em algo diferente, pois sua mente fica focada em um só objetivo.

Francisco ressalta que a cultura ocidental, de modo geral, não nos leva a momentos de reflexão sobre o melhor caminho a ser percorrido e a pessoa que escolhe a profissão de professor pode se tornar infeliz. A autora leva o leitor a pensar seriamente sobre a escolha da profissão. Aponta que felizmente existem pessoas que são corajosas e acreditam que a vida é mais que um

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente.

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

dia após o outro que não podemos ficar a espera de um milagre. Pessoas se aposentam e ainda vão atrás de seus sonhos estas são as pessoas que encontramos nos corredores da faculdade de cabe-linho branco, fazendo aquilo que gosta.

No primeiro capítulo, a autora faz mais uma pergunta para nós leitores: será professor de quê? Pensando em profissional que a princípio escolhe ser professor, a autora questiona sobre que ha-bilidades essa pessoa deveria apresentar.

Francisco cita, dentre diversas questões que permeiam a profissão, uma delas precisa ser discutida com urgência é a dos professores que fazem AEE (Atendimento Educacional Especial) nas escolas e têm a função de dar suporte ao ensino regular realizando atividades de esforço de aprendizagem em termos especiais. Os professores que fazem parte da APH atuam em hospitais e aten-dem crianças e jovens hospitalizado por longo tempo com alguns exemplos e quantas opção qual o leitor deve seguir.

No terceiro capítulo, é apresentada a perspectiva teórica so-bre a formação de um professor. Uma das grandes preocupações da maioria dos teóricos com a formação dos professores é o en-tendimento deles para tornar-se profissional, pois os pedagogos devem apresentar competências e habilidades, em especial, o de-senvolvimento das diferentes formas de inteligência.

No quarto capítulo, a autora afirma que é importante que o professor passe para os seus alunos a paixão pelos livros, por descobertas científicas e em tudo que envolve cultura, pois como você vai convencer alguém de que a leitura é importante se você não gosta de ler? A autora afirma que o professor que não gosta de estudar não será um bom profissional: são aqueles docentes que não irão “mexer” com os alunos e farão todos os anos do mesmo jeito sempre as mesmas coisas. A autora lembra também das no-vas tecnologias e como se adaptar a elas, uma vez crianças e jovens têm acesso a elas cada vez mais cedo.

No quinto capítulo, a autora questiona quais as especifici-dades do trabalho pedagógico. A tendência pedagógica atual nos conduz para o uso da internet e das novas tecnologias, com os alu-

nos buscando e trocando informações com os colegas. Segundo a autora, apesar de ser fundamental a leitura de livros, os professores não podem negar a necessidade do uso da tecnologia para o conhecimento.

No sexto capítulo, Francisco mostra que o curso de Pedagogia dá uma formação mais geral aos professores desenvolvendo varias áreas como matemática, alfabetização, letramento etc. Por isso, este profissional deve ser paciente e disposto a lidar com o pré-adolescente e adolescente que são bastante que são bastante peculiares em termos de comportamento bem característico da idade. É, portanto, necessário que o profissional saiba dialogar com eles, respeitar suas ideias, criando vínculos afetivos com os alunos. Ressalta que trabalhar com os adolescentes não é fácil, uma vez que eles já emitem opiniões e são críticos severos.

De acordo com a autora, a especialização desses profissionais poderá se dar em Língua Brasileira de Sinais (Libras), caso seja necessário atender alunos com deficiência auditiva e em Braille, a escrita dos deficientes visuais.

No sétimo capítulo, é lançado outro questionamento: como será o professor do futuro? Segundo a autora, estamos passando por mudanças mundiais e tecnológicas e, mesmo que lentamente, a educação vem acompanhando. A mudança na educação não acontece da noite para o dia, quando o professor fala e os alunos ouvem já não é aceito pelos próprios alunos de forma incontestável.

Ainda no mesmo capítulo, a autora considera que, independente do fato de o ensino ser presencial ou a distância, o professor do futuro deve ter intenção de desenvolver um trabalho pedagógico cuja principal finalidade seja a evolução do aluno de acordo com suas possibilidades, contando com o apoio de um profissional. As escolas serão sempre importantes para todas as crianças, jovens e adultos que precisam desse espaço social para aprender e dar um grande passo para sua socialização e os professores deverão continuar sendo mediadores desse processo.

É um livro de poucas páginas com o objetivo de levar o leitor refletir sobre a escolha da profissão de professor. São lançadas

várias perguntas para o leitor que tinha o objetivo de fazer um curso de Licenciatura, esclarecendo dúvidas e fazendo com que ele pense no seu caminho que precisará trilhar dentro na área da pedagogia com firmeza no seu trajeto de vida profissional. A fim de facilitar o entendimento, a autora é cuidadosa em explicar cada uma das questões que lança.

A obra faz o leitor refletir sobre amplitude do curso de Pedagogia, mostrando que a profissão está cheia de desafios e existem diferentes formas do professor atuar em várias áreas. Percebemos que o objetivo da obra é desafiar aquele que quer ser ou já é professor a estudar cada vez mais sobre as características dessa profissão e pense no quanto deseja trilhar este caminho.

Em suma, a obra tem a finalidade de ajudar a trajetória de pedagogos, deve ser lido para esclarecer o leitor no sentido de seguir sua carreira profissional sem dúvidas, a autora de antemão explica como ser um bom professor.

MEDIAÇÃO CULTURAL EM MUSEUS E EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA: CONVERSAS SOBRE IMAGENS/HISTÓRIA E SUAS INTERPRETAÇÕES

ANDRADE, Roberta Leite¹
HENRIQUE, Marta A. B.²

ALENCAR, Valéria Peixoto de. **Mediação cultural em museus e exposições de história: conversas sobre imagens/história e suas interpretações**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, 190.p.

O livro *Mediação Cultural em Museus e Exposição de História: conversas sobre imagens/história e suas interpretações* foi produzido por Valeria Peixoto de Alencar, a partir de uma caprichada pesquisa de doutorado em Artes. Iniciada em 2011 no Instituto de Artes da UNESP, sob a orientação da professora Dra. Rejane Coutinho, foi construída a partir da hipótese de que o discurso expositivo criado nos museus de história desde o século XIX, para construir uma memória nacional a partir da utilização de uma visualidade, ainda se faz presente e reverbera no trabalho de mediação cultural. A obra é beneficiada em três ricos capítulos.

No primeiro capítulo revela um posicionamento crítico para o uso das imagens serem utilizadas na história como ilustração e não como fonte histórica. Em seguida, é levantada uma dúvida sobre o que faz com que “algo” tenha um valor histórico, razão pela qual alguns museus podem ser considerados pretensiosos quando apresenta uma história como verdade absoluta. Depois disso, a autora lança uma reflexão em relação ao uso de imagens como estratégia de “expografia” e a história. Isso é feito sem perder de vista a exposição por si só como produto da cultura visual, considerando a importância que os museus têm quanto à credibilidade de expor a história. O texto refor-

¹ Discente de Pedagogia pela Faculdade de Presidente Prudente.

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

ça a representação na construção de narrativas visuais para tornar-se sólida uma memória nacional em museus e exposições.

No segundo capítulo, são apresentados dois pontos explorados. O primeiro é do distanciamento do colonizador, que ocorre quando há falta do processo colonizador e imperialista sem questionar como se a exposição procurasse tratar as conquistas nacionais de forma objetiva, sem abrir espaços para a “contravisualidade”. Já o segundo ponto é o papel da mediadora que possuía um discurso expositivo hegemônico. Em seguida, apresenta a proposta de aprender pelo objeto, assim o museu assume o esse papel de heterotopia (espaços que têm múltiplas camadas de significação). Nota-se a problematização sobre esse acúmulo de conhecimento e o que é selecionado para ir o público numa exposição.

Ainda no segundo capítulo, é abordada a questão do material didático Caderno do Aluno da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Segundo Alencar, a falta de uma análise profunda assim como a falta da construção de um olhar crítico tornam os livros didáticos como vetores da construção do “espírito da nação”. Esses materiais garantem que o suporte visual seja uma ferramenta fundamental para imaginar o passado e como se pode entendê-lo melhor.

O trabalho conta também com usos de diários de campo para apresentar uma pesquisa bem fundamentada com exemplos de museus e imagens de obras históricas excepcionais para o padrão histórico, garantindo uma qualidade maior de credibilidade.

No terceiro capítulo, Alencar faz uma reflexão sobre a “contravisualidade” para o processo de aprendizagem encadeando o diálogo com a Pedagogia, unindo as imagens com história para uma perspectiva de educação. Ao relatar brevemente sobre os museus com quais construiu seus diários de pesquisa, a autora elabora uma proposta em que mediação não estaria nem no objeto, nem no sujeito, mas nas problematizações dessa relação sujeito/objeto, potencializando um acesso democrático ao patrimônio. Os conceitos discutidos consistem nos valores da mediação cultural cuja função é potencializar dissensos e contravisualidade, relacionando-se com o visível na plenitude ideal

que propõem os dispositivos de representação.

Em síntese, o livro expressa de forma objetiva a importância dos museus como ferramentas de metodologia educacional utilizando de imagens, fazendo uso de referências de autores especialistas sobre obras históricas e de museu, decorrendo repetidamente assuntos já esclarecidos.

Trata-se de leitura formativa que constitui um recurso pedagógico com mediação cultural em exposições, enriquecida por uma linguagem facilmente acessível para qualquer indivíduo interessado em relembrar a importância da história para a sociedade. Alencar conclui com a apresentação de uma solução para ampliar as camadas de leituras, assim como o método de ensino fazendo caminhar para uma direção de emancipar o espectador.

CRÔNICAS ARGUMENTATIVAS



O AVANÇO DA TECNOLOGIA ESTÁ AJUDANDO OS ESTUDANTES A LER E ESCREVER?

VEIRA, Ivone ¹

HENRIQUE, Marta A. B. ²

A tecnologia é um recurso e, ao mesmo tempo, uma inovação. A questão é como ela pode ajudar ou atrapalhar dentro do sistema educacional, isto é, será que os avanços tecnológicos podem contribuir para o desenvolvimento da nossa leitura e escrita?

Há quem diga que algumas tecnologias são prejudiciais quando se trata de estudo, mas depende muito do ponto de vista de quem usa essa tecnologia.

Aparelhos como *tablets*, *smartphone* e *notebooks* são fáceis de acessar em qualquer lugar onde você estiver e com muita rapidez. Sendo assim, eles poderão ajudar você - aluno ou professor - nos estudos.

Assim, a tecnologia nos permite buscar o acesso a leitura de modo mais rápido, com mais facilidade e com mais profundidade no assunto pesquisado, buscando conhecimentos que não esteja no poder de nossas mãos, como exemplares que talvez ainda não se encontre em livrarias. Já com um aparelho de grande tecnologia você e eu poderemos buscar também conhecimentos mais baratos, pois há vários títulos disponíveis gratuitamente *on-line*.

Mas quando trata da escrita já podemos ver certa dificuldade, porque quando usamos esses aparelhos para comunicarmos com outras pessoas abreviamos palavras, isso já aconteceu inclusive comigo, e talvez isso seja um ponto negativo, pois, em muitos momentos, deixamos de escrever o português considerado correto de acordo com as convenções e pode se tornar um hábito. Por isso, a escrita pode ficar mais pobre.

Como já disse, eu mesma, às vezes descuido desses aspectos

1 Discente de Pedagogia Faculdade de Presidente Prudente (yvonevieira725@gmail.com)

2 Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

usando essas abreviações. Precisamos, portanto, ser mais criteriosos quando formos usar esses equipamentos para escrever. Lembrando que o grande desafio é preparar os alunos para a vida e não somente para concursos ou vestibulares. Os estudantes precisam aprender a exercer suas funções como cidadãos críticos.

Desse modo, são necessárias mudanças tanto no comportamento do aluno como o educador para que possam estar preparados para lidar com as novas exigências da era digital. Sempre tendo em mente que as tecnologias estão cada vez mais presentes nas atividades sociais de jovens e adultos .

Talvez toda essa troca de conhecimento permitida pelo uso da tecnologia contribua e muito para o desenvolvimento das habilidades exigidas dos alunos que poderão buscar ou até mesmo selecionar textos que, por sua vez , não são abordados em sala de aula .

O QUE PRECISA SER REFORMADO?

SANTOS, Tais Fernanda Ferrari dos¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

O Ensino Médio brasileiro passará por mudanças. Mas acredito que essa reforma não contribuirá muito para a melhoria da Educação Básica brasileira, principalmente porque algumas matérias perdem sua identidade ao serem unidas às outras.

As disciplinas de Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia deixarão de ser obrigatórias e acabarão por gerar uma desigualdade no aprendizado. Penso que essas matérias irão fazer falta na grade curricular, pois, ao retirar a Educação Física da grade curricular, por exemplo, como irá ocorrer a “movimentação” dos alunos. Eles irão passar a semana toda “enjaulados” em uma sala de aula, ao invés de poderem extravasar um pouco a ansiedade que é própria do Ensino Médio. Além disso, essa disciplina contribui também para o desenvolvimento de trabalho em equipes. Há ainda a Filosofia e a Sociologia que ajudam a desenvolver as mentes críticas dos jovens.

Nossa sociedade não tem que aceitar essa reforma, já que precisamos de cidadãos que busquem por seus objetivos, que sejam capazes de serem críticos e terem opiniões formadas. Muitos alunos começam a desenvolver ou notar suas capacidades artísticas durante o período escolar nas aulas de Artes.

Recebi essa educação, com todas essas matérias curriculares. Na minha adolescência nunca morri de amores pela Educação Física, sempre me achei incapacitada para desenvolver as atividades propostas, porém isso acabou quando cheguei ao terceiro ano do Ensino Médio e uma professora resolveu formar um time de handebol. Pasmem: Me identifiquei! A dificuldade encontrada com

¹ Discente de Pedagogia Faculdade de Presidente Prudente (Tatahferrari@outlook.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

os pés era a minha agilidade com as mãos. Esse fato me beneficiou muito, pois mostrou que eu poderia acreditar mais em mim e me mostrou o quanto eu gostava de ser desafiada, que não era qualquer dificuldade que iria me fazer parar a partir dali. O aluno precisa ter o direito de escolha, de saber aquilo em que irá encontrar dificuldades ou não, necessita ter o direito de se encontrar naquela matéria.

Estão usando como justificativa para realizar as mudanças o fato de que são treze disciplinas atualmente e que o aluno acaba por não ver tudo, e que com essas alterações haverá mais direcionamento, pois serão oferecidas opções curriculares, elas não serão mais impostas. É um caso a ser pensado, pois algo que deveria ter um efeito positivo, pode não ter tal efeito. Ao meu ver, estão tomando decisões sem pensar sobre o que seria importante para a Educação no Brasil.

Outra proposta de mudança na nova reforma é o aumento da carga horária. Por que aumentar a carga horária se estão tirando algumas disciplinas? Parece que isso só irá gerar mais tempo ocioso.

Apesar de toda essa discussão, não há propostas para o real problema da educação básica, que seriam as questões estruturais, professores mais capacitados, aumento salarial para que o professor possa investir na sua formação humana e com isso atender melhor as necessidades do aluno.

Além disso, há também a redução do número de estudantes que precisa ser compreendida. Em algumas escolas, o período noturno já nem existe mais, isso é ruim, pois demonstra o quanto está defasada a procura pela educação. O Brasil precisa investir mais em educação.

Existe ainda a falta de detalhamento por parte do governo de como essas medidas irão de fato entrar em vigor. Devemos, então, fazer proveito disso e defender sim as disciplinas que foram retiradas, pois sem elas não há a formação completa de um cidadão.

VOTAR OU NÃO VOTAR, EIS A QUESTÃO!

COSTA, Ana Larissa Rodrigues ¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

O voto no Brasil é obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo de dezesseis anos a dezessete anos e onze meses e maiores de sessenta e cinco anos. Mas nem sempre foi assim. Somente em 1891 que houve a primeira eleição com a participação popular, quando só podiam votar homens maiores de vinte e um anos, mulheres, religiosos, analfabetos, soldados e mendigos não podiam votar.

Antes do ano de 1822, quando o Brasil ainda era colônia, as leis eram feitas por homens que o imperador escolhia, e não tinha a participação popular. Eram feitas as leis em prol da corte e seus aliados e a população mais pobre sofria com isso.

Como sempre as conquistas das mulheres na sociedade é algo lento. Se em 1891 houve a primeira eleição popular, somente em 1932 a primeira deputada negra que foi eleita para ocupar um cargo político, Antonieta de Barros foi eleita no estado de Santa Catarina, conquista que foi um marco na história do nosso país.

Houve muitas lutas e mortes até chegarmos a democracia, e o direito de votar é um deles, que é indispensável para o futuro do país.

Nos dias atuais escutamos muito que onde já se viu, um país democrático obriga os cidadãos a votarem? Mas e as lutas para termos esse direito, onde ficam? Se deixarmos de votar, estaremos retrocedendo na nossa história.

É através da participação popular que nossos representantes irão elaborar as leis para a melhoria na qualidade de vida. Então,

¹ Discente de Pedagogia Faculdade de Presidente Prudente (lary_guittar@hotmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

por que no período eleitoral e o dia da votação a maioria dos brasileiros reclama tanto?

Muitos preferem pagar uma multa simbólica do que ter alguma participação fundamental para o país. Reclamam sentados no sofá, e essa multa de pouco mais de três reais, vale mais do que quatro anos que um político irá governar, seja como vereador, prefeito ou qualquer cargo político. O Brasil vale isso? Vale três reais?

Não podemos deixar que a concepção de que seu voto muda toda a história seja esquecida. Quanto mais alienados, menos direitos vamos ter. Acredito que devemos lutar pelo nosso país.

O voto deve ser obrigatório sim!

Lembro-me da primeira vez que votei, me senti empoderada, apresentei meu título de eleitos e meu sentimento foi de patriotismo, e meu voto era facultativo na época, pois tinha apenas dezesseis anos.

Por isso, pergunto: Se deixarmos de votar, quem irá decidir o futuro do país? Quem não quer um Brasil livre de miséria e corrupção? Você quer? Eu quero! E luto por isso. E ainda vou mais longe, acredito que seria indispensável uma disciplina nas escolas sobre políticas públicas, quanto mais cedo ensinarmos as crianças, mais cedo serão críticos para o cenário político.

Está na hora de nos preocuparmos com o nosso país e exigir os nossos direitos e não só cumprir os nossos deveres, aí sim começaremos a construir um novo país, e acabar de vez com a fama de que brasileiro só se importa com o carnaval, novela e futebol.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA ANDAM JUNTAS?

SILVA, Letícia Cabral da¹
HENRIQUE, Marta A. B.²

Hoje os estudantes estão cada vez mais tendo acesso aos equipamentos tecnológicos. Eu mesma faço uso diário: consulto palavras no dicionário, leio artigos, teses e utilizo a internet para pesquisar assuntos pertinentes ao que estudo na faculdade.

Ao contrário do que algumas pessoas possam afirmar, acredito que essas novas tecnologias vieram para auxiliar na leitura e na escrita dos estudantes. Um primeiro aspecto que nos deixa claro sua utilização dentro da educação é a rapidez com que as informações chegam às pessoas, principalmente aos acadêmicos, que estão diariamente em contato com esses equipamentos.

Li numa reportagem divulgada pelo o Ministério da Educação (MEC), sobre uma professora que realizou um projeto chamado “Plugado na informação”, cujos lecionandos utilizaram o laboratório de informática para buscarem gêneros textuais de esferas distintas, como os literários e os jornalísticos. Projetos como esses ampliam o número de leituras como também os diferentes formatos de textos a que os estudantes têm contato.

Alguns exemplos nos ajudam a ter uma noção disso. Um deles é as chamadas *Fanfictions*, onde encontramos histórias que são escritas a partir de outras obras, sejam elas: filmes, livros, séries, bandas, animes e muito mais. Este site também permite que autores postem seus textos de forma gratuita. Outro exemplo que é o *Word Online* que pode ser usado de modo colaborativo, com o uso deste recurso um texto pode ser compartilhado e escrito por vários autores ao mesmo tempo em lugares diferentes. Essas personalizações podem contribuir para uma escrita original e criativa.

¹ Discente de Pedagogia Faculdade de Presidente Prudente (cabralleticia9@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

Esse é um segundo aspecto que mostra que o equipamento eletrônico, quando manuseado de forma consciente e para fins educacionais, pode contribuir de modo efetivo não somente para evoluir na leitura, mas também na interpretação dos textos lidos. De nada vale lermos se não entendemos o que aquilo nos quer dizer. Não é mesmo?

Portanto, acredito que, com uma boa orientação para fazer uso das ferramentas que estão disponíveis nesses aparelhos, haverá uma maior facilidade para elaboração de textos. Considero que, ao ler mais, poderemos obter mais conhecimentos científicos, ter uma posição crítica diante dos fatos e isso também nos ajudará a enriquecer o vocabulário e melhorar nossa capacidade de ler e escrever textos. Tais propriedades são importantes para uma boa escrita, tornando ela mais fundamentada.

Por fim, penso que a possibilidade de usar equipamentos eletrônicos para fins educativos pode tornar-se um grande facilitador para acessar e aplicar informações dentro da vida acadêmica. É claramente perceptível seu papel no desenvolvimento e aprendizagem para os lecionando.

CONTRA FATOS NÃO HÁ ARGUMENTOS

MALQUIAS, Jackeline Priscila Costa Cano¹

HENRIQUE, Marta A. B.²

A redução da maioria penal no Brasil é um tema atualmente muito discutido e divisor de opiniões, pois há quem critique e quem defenda essa ideia. Eu particularmente defendo essa ideia de que os cidadãos devem ser imputáveis a partir de 16 anos de idade.

Nasci e cresci em uma comunidade pobre e má vista aos olhos da sociedade. Lá, moravam famílias centradas, comprometidas com seus direitos e deveres sociais, como também viviam famílias sem nenhum comprometimento social. Convivi com pessoas “boas e ruins”, vi crianças sendo encaminhadas para a antiga FEBEM, assisti ao desespero de mães recebendo seus filhos dentro de caixões. Já fiquei em meio a tiroteios, mas como também pude acompanhar o sucesso de muitas famílias, filhos se formando, graduando, doutorando e muito mais.

Oportunidade de usar drogas e seguir um caminho “errado” tive de sobra. E, mesmo sendo a caçula de cinco filhos e única menina, nunca tive muita atenção. Meus pais viviam trabalhando, saíam cedo e voltavam só à noite, quase não tínhamos diálogos e afetos. Mas nem por isso me deixei influenciar por coisas que rompessem minha dignidade e personalidade.

Quero ressaltar, em primeiro lugar, que sou a favor da redução da maioria penal no Brasil por conta da minha própria experiência, e depois porque acredito que com a implementação do Projeto de Lei Constitucional (PEC 171/93) ocorrerá uma melhoria em relação a crimes praticados por menores. Embora a PEC seja apenas uma adequação constitucional, tenho certeza que com

¹ Discente de Pedagogia Faculdade de Presidente Prudente (jackpri.canomalaka@gmail.com)

² Docente da Faculdade de Presidente Prudente, orientadora do trabalho (broietti@uol.com.br)

essa aprovação os jovens menores de 18 anos de idade passarão a refletir um pouco mais sobre suas atitudes e ações, pois vemos hoje uma realidade bem deprimente: as crianças não querem mais compromisso a longo prazo, não respeitam pais e mestres, não têm amor pelo próximo, querem tudo do seu jeito a sua maneira, sem assumir as responsabilidades pelos seus atos.

Uma coisa é certa: não podemos ficar procurando culpado para tantas irresponsabilidades. Ficar afirmando que a falta de recurso financeiro, de apoio político, social e cultural são uma das causadoras de tantas atrocidades, é a mesma coisa que absolver as irresponsabilidades desses jovens, pois se fosse assim, o que acontece com os filhos da elite que com todo recurso político, social e financeiro caem na bandidagem? Contra fatos não há argumentos!

Não acredito que os atos desses menores infratores sejam decorrentes a fatores psicológicos e nem tão pouco por conta do processo de formação, pois se o menor de 18 anos tem a ousadia de cometer delitos e até homicídios é porque já está apto, já tem maturidade e discernimento suficiente para responder por tais crimes. Sabem o que é certo e o que é errado, o que é crime e o que não é. Uma prova disso é o voto opcional, ou seja, aos 16 anos de idade o menor já pode votar, já pode escolher seus representantes. Daí a questão: se são responsáveis politicamente, por que não penalmente?

Afirmar que a cadeia não resolve nada para essas “crianças” é a mesma coisa que negar a capacidade ressocializante e admitir a completa falência do sistema penitenciário brasileiro. No entanto, se cada crime cometido pelo menor for respondido penalmente, teremos bem menos casos de envolvimento de crianças no crime. Por fim, deletaríamos o famoso ditado popular de que “para menor não dá em nada”.

